

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC / SP
PROGRAMA DE PÓS GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

ANDREIA CRISTINA DE JESUS CORREIA

**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS:
TECENDO HISTÓRIAS E COMPARTILHANDO CONHECIMENTOS**

SÃO PAULO

2024

ANDREIA CRISTINA DE JESUS CORREIA

**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS:
TECENDO HISTÓRIAS E COMPARTILHANDO CONHECIMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como Exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, na área de concentração: Políticas Sociais e Movimentos Sociais sob orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli

SÃO PAULO

2024

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Bruna Carnelossi
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Alessandra Medeiros
Centro Universitário Assunção- UNIFAI

Prof. Dr Rodrigo Diniz
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Dr. José Hercílio Pessoa de Oliveira
Centro de Estudos em Administração Pública e Governo- FGV

Aprovado em: ____/____/____

A noite não adormece nos olhos das mulheres

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
Conceição Evaristo

Agradeço á CAPES pelo apoio e bolsa de estudos parcial. Este estudo foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES). Número de processo: 88887.661137/2022-00.

Grateful to CAPES for the support and partial educational sponsorship. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES). Process Number: 88887.661137/2022-00.

AGRADECIMENTOS

Eis que chegamos a conclusão dessa travessia. Foram dois anos e meio eletrizantes, parafraseando a nossa Querida Professora Maria Lúcia Martinelli.

O sentimento de gratidão transborda em mim, pois os vínculos construídos nesse percurso, que me acolheram com suas vivências e me fizeram reconhecer que minhas vivências também são parte da história e se tornaram laços de afetos que viabilizaram este momento possível.

Contudo, a elaboração desta dissertação foi tecida em muitas mãos, embora algumas das vezes fui tomada pelo sentimento de não dar conta. Foram dias, noites de angústias de um querer seguir, mas um não avançar que me impulsionava para o recomeço. Mudanças nesse percurso tornaram este trajeto um tanto desafiador. Desistir? Jamais e eis que estamos aqui juntos!

Meu coração transborda de alegria, de poder compartilhar este momento com tantas pessoas queridas. Ah, o que dizer de mamis, Dona Rosa, Rosalina que sempre me acolheu , enxergando minhas fragilidades e sendo minha fortaleza quando o mundo parecia tão gigantesco com tantas amarras, que parecia que ia me engolir e ela tão sábia me emanado forças, das quais muitas vezes nem sabia de onde e como restabelecê-las.

Ao meu Pai, Sr. Marcos por apoiar-me nessa busca incessante pelo conhecimento e de conseguir perceber que o lugar da mulher é onde ela quiser!

Agradeço aos meus irmãos, Antonio, Ângela e Shirlei, por compreender as ausências e ao mesmo tempo trazer luz aos meus dias.

Gratidão a minha querida amiga, Tati Penna por todo amor e carinho que não cabe em você, pela força, apoio e alegria emanada em cada diálogo dessa nossa amizade.

Agradeço aos amigos que o universo gentilmente me presenteou para toda e além dessa vida, com conexões de afeto, parceria e cumplicidade: a Day, Lara, Claudia, Miriam, Raquel, Luis, Marisa e Edson , pelas boas risadas, encontros em que falamos sobre a vida, amores, começos e recomeços e sobre a incrível possibilidade de nos permitirmos ser quem somos! A Leda pela eterna acolhida. A Luciane Faria por me possibilitar explorar tantos espaços e pela partilha de tanto conhecimento.

Gratidão à equipe da Sede de Caritas Campo Limpo por tudo e todo apoio proporcionado, em especial a José Hercílio pela confiança e possibilidade de construção coletiva na defesa pelo Sistema Único de Assistência Social nos vários espaços de participação social.

Aos colegas e amigos da faculdade: Adriana, Sandra Carla e Rosangela sempre tão atenciosas nessa travessia.

A Leda do Instituto Anchieta Grajaú pela acolhida para realização da pesquisa.

Um agradecimento mais que especial a minha querida Orientadora Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli. Meus sinceros agradecimentos às Professoras Bruna Carnelossi e Alessandra Medeiros, pela disponibilidade e apontamentos imprescindíveis no meu exame de qualificação.

Agradeço o aceite dos Professores para Banca de Defesa da Dissertação para o caminhar de mais uma etapa, as Professoras Bruna e Alessandra e aos Professores Rodrigo e José Hercílio, minha gratidão e todo o meu respeito.

Minha gratidão aos Professores do Programa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC - SP, por compreenderem o processo e o tempo de cada pesquisador.

Agradeço a Andréia, secretária do programa, pelo apoio, escuta e disponibilidade em ajudar nos processos burocráticos.

Agradeço as família as mulheres participantes da pesquisa.

Agradeço imensamente aos sujeitos da pesquisa, por compartilharem suas histórias, lutas e resistências, inspirando reflexões e sendo imprescindíveis para essa dissertação.

Gratidão a vida pela incrível possibilidade de seguirmos em frente sempre!

RESUMO

CORREIA, Andreia Cristina de Jesus. Trabalho Social com Famílias: tecendo histórias e compartilhando conhecimentos– SP. 2024. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

Este estudo tem como proposta dar visibilidade as narrativas de famílias acompanhadas pelo Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio- SASF no Distrito do Grajaú ao que se refere os impactos da política de assistência em seu acompanhamento. Para esta pesquisa adotamos a metodologia da história oral por meio de coleta de depoimentos. As entrevistas seguirão um roteiro prévio., de modo a suscitar as narrativas questões.No primeiro capítulo percorreremos os referenciais bibliográficos no que tange Assistência Social no Brasil e seus caminhos de Proteção e desproteções . No segundo discorrer acerca Famílias como centralidade das políticas sociais no intuito de caminharmos para a aproximação com as sujeitas de nossa pesquisa e demonstrar os resultados

Palavras-chave: Trabalho Social com Famílias. Narrativas. SASF

ABSTRACT

Family Social Assistance Service and Basic Social Protection at Home - SASF in the District of Grajaú regarding the impacts of the assistance policy in its monitoring. For this research we adopted the oral history methodology by collecting statements. The interviews will follow a previous script, in order to raise questions in the narratives. In the first chapter we will cover the bibliographical references regarding Social Assistance in Brazil and its paths of Protection and lack of protection. In the second, we talk about Families as the centrality of social policies with the aim of moving towards getting closer to the subjects of our research and demonstrating the results

Keywords: Social Work with Families. Narratives. SASF

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CCJA	Comunitário Jardim Autódromo
CEDESP	Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo
CEI	Centro de Educação Infantil
CF	Constituição Federal
CJ	Centro para Juventude
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IAG	Instituto Anchieta Grajaú
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
NAF	Programa Núcleo de Apoio à Família
NOB	Norma Operacional Básica
PAIEF	Proteção e Atendimento Especializada a Família e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PTR	Programa de Transferência de Renda
SAICA	Serviço de Acolhida para Crianças e Adolescentes
SASF	Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE IMAGENS

Foto 1 - SUAS.....	19
Foto 2- A família.....	32
Foto 3. Distrito do Grajaú.....	45
Foto 4- Formiga Atômica.....	52
Foto 5- Lilica Riplica	55
Foto 6- Conceição Evaristo	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- -Processo de Evolução das Sociedade	34
Tabela 2 – Dados da Subprefeitura Capela do Socorro	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: CAMINHOS DE PROTEÇÃO E DESPROTEÇÃO.....	19
1.1 Assistência Social no Brasil: breve resgate histórico	19
1.2 Caminhos de proteções e desproteções sociais no Sistema Único de Assistência Social. 27	
1.3Caminhos propostos para o trabalho social com famílias: das diretrizes as orientações técnicas.....	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO II – FAMÍLIAS COMO CENTRALIDAD DAS POLÍTICAS SOCIAIS	33
2.1 Breve considerações sobre famílias no contexto de políticas sociais... Erro! Indicador não definido.	
2.2 Vestígios históricos e matricilaidade familiar	Erro! Indicador não definido.
2.3 Caminhos para o trabalho social com famílias: das diretrizes as orientações técnicas	40
2.4 Serviço de Assistência Social à Família eProteção Social Básica no Domicílio	Erro! Indicador não definido.
CAPÍTULO III- TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS : NARRATIVAS EM CURSO.....	45
3.1 Caracterização do território de abrangência da pesquisa.....	Erro! Indicador não definido.
3.2 O universo da pesquisa : conhecendo o SASF Grajaú I e SASF Grajaú III	Erro! Indicador não definido.
3.3 A escolha da metodologia da história orale aproximação com as sujeitas da pesquisa	Erro! Indicador não definido.
BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS- A ECOLOGIA DA COMUNICAÇÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
ANEXOS.....	66

INTRODUÇÃO

*Eu sou aquela mulher que fez escalada da montanha da vida,
removendo pedras e plantando flores.*

Cora Carolina

A elaboração dessa pesquisa está relacionada ao processo de vivências, experiências, memórias, reflexão e estudo da pesquisadora enquanto ser constituinte do processo sócio histórico, como sujeita dessa relação. Ao me definir como sujeita, demarco meu lugar de fala, enquanto mulher, cidadã, filha, companheira, parceira de amores e afetos que nos afetam cotidianamente. Falo também do lugar de mulher periférica que no decorrer de suas vivências foi tecendo fios de inquietações, relações pessoais e profissionais, de enfrentamento e conhecimento no que tange o trabalho social com famílias.

Assim, o tecer da construção desse mestrado entrelaça-se com os fios das vivências e experiências da pesquisadora como fio condutor de fala e de resistência, pois como nos lembra Martinelli, (2012, p. 27) “não podemos pensar que chegamos a uma pesquisa como um “saco vazio”, Não! Temos vida, temos história, temos emoção!”

Entrelaçar as linhas dessa pesquisa foi um desafio gigantesco, uma verdadeira luta de titãs, pois por certo momento, via-me distanciada do objeto de pesquisa, tendo em vista não estar atuando em um SASF. Desse modo, por vezes as vivências e experiências enquanto trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que ocupou esse lugar com a construção da dissertação levou-me a um vazio, um não sentido que só passou a fazer sentido, quando os fios soltos foram entrelaçados com as narrativas das sujeitas participantes de nossa pesquisa.

Como cheguei então aqui? Atravessada por um misto de coragem, fragilidades e ousadia, pois as transformações ocorridas no mundo do trabalho, o processo de retrocessos na política de assistência social na atual conjuntura impacta gradativamente as relações sociais e o modo de produção e reprodução das relações sociais, reverberando em situações que se configuram em desproteções para a população atendida, assim como para toda a classe trabalhadora.

Assim, como trabalhadora do SUAS, sou atravessada no cotidiano pelos impactos dessa atual conjuntura e das vivências que emanam esse percurso enquanto trabalhadora da

assistência social por quase onze anos em um Serviço de Assistência Social a Família e Proteção Social Básica no Domicílio- SASF no Distrito do Grajaú, pertencente à Prefeitura Regional da Capela do Socorro e concomitante ao processo de aprofundamento de estudo concernente à temática.

Nesse sentido, a escolha pelo território não se deu aleatoriamente, pois ele incute a responsabilidade ética de devolver para o território a produção de conhecimento constituída nesse percurso, bem como parte do processo de amadurecimento enquanto pesquisadora e profissional.

A partir desta experiência, formataram-se as seguintes questões disparadoras para a condução da pesquisa: Quais são as narrativas de famílias no que tange suas vivências concernentes ao trabalho social com famílias? Quais histórias atravessam estas vivências? Como participam do processo de elaboração, implantação e execução da política de assistência social?

Devemos nos atentar de que a Assistência Social no Brasil tem marcas em sua trajetória inicial de ausência de análise crítica da realidade, e só passa a ser considerada como um direito a partir da Constituição Federal de 1988, uma vez que em seu bojo histórico a contradição capital e trabalho é pano de fundo para as discussões concernentes à questão social.

Nesse sentido, para adentrarmos ao universo das narrativas, nosso ponto de partida proposto trará no primeiro Capítulo **Assistência Social no Brasil: Caminhos de Proteção e Desproteção** que traz uma breve contextualização de evolução da assistência social enquanto política pública de direito com intuito de compreendermos o percurso da Assistência Social: da caridade ao direito de modo a possibilitar construirmos nossos arcaibouços teóricos no que tange a reflexão dos caminhos propostos para o trabalho social com famílias.

No segundo Capítulo propomos versar sobre **Famílias como centralidade das políticas sociais**, tem como intuito conceituar famílias e as políticas voltadas para as famílias, tecendo deste modo nossas reflexões no que tange as narrativas de famílias que perpassam estes espaços.

No terceiro Capítulo **Territórios e trabalho Social com famílias: narrativas em curso**, foi elaborado no intuito de demonstrar a caracterização do território, pois parte da relevância de demarcarmos as especificidades cada território em que se encontram nossas sujeitas de pesquisa e através desse chão, desse território vivido, pois

também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais Koga (2003, p. 33)

Nesse sentido, quais as nuances desses territórios? Pois, é no território que a vida acontece, em que as relações de cada indivíduo se materializa com suas histórias, em um processo dialético e como as nossas sujeitas da pesquisa são atravessadas pelo trabalho social com famílias. Para tanto utilizamos da historia oral como nos impulsiona Martinelli (2019) como um ação política. Uma ação que nos permite adentrar o universo de trajetórias e subjetividades das sujeita de nossa pesquisa.

No Item **Considerações Finais**, nossa proposta é enlaçar as teias que fomos constituindo durante o processo de elaboração da pesquisa e refletir sobre a relevância do estudo, a partir dos resultados apresentados dando visibilidade às narrativas das nossas sujeitas da pesquisa de modo a provocarmos a reflexão de políticas públicas que considerem essas narrativas dos quais são desenvolvidos o trabalho social com famílias.

CAPÍTULO 1- ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: CAMINHOS DE PROTEÇÃO E DESPROTEÇÃO

Foto 1. SUAS



Fonte: Disponível em: <https://ceicampinas.org.br/2024/02/16/assistencia-social-e-direito-assistencialismo-e-caridade-entenda-a-diferenca/>. Acesso em 29 de abril de 2024.

Para darmos início ao tecer desta dissertação convidamos a todos a nos acompanhar rumo a retrospectiva de evolução da assistência social enquanto política pública de direito com intuito de compreendermos o percurso da Assistência Social: da caridade ao direito de modo a possibilitar construirmos nossos arcabouços teóricos no que tange a reflexão dos caminhos propostos para o trabalho social com famílias.

1.1. Assistência Social no Brasil: breve resgate histórico

A Assistência Social no Brasil tem o seu percurso inicial marcado pelo dever moral pela sociedade, pautada na culpabilização dos indivíduos com ações emergenciais e assistencialistas, ou seja, atrelada tanto a caridade, quanto na filantropia e solidariedade religiosa.

Discorrer sobre o processo de evolução da assistência social no Brasil, enquanto política pública de direito nos convida a refletir sobre os processos de proteção e

desproteção social que demarcam cada período histórico, sem perdemos de vista a compreensão quanto a questão social:

“... Não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção além da caridade e repressão...” (Iamamoto, 2014, p. 84)

Segundo estudiosos, o período compreendido de 1930 a 1943 é considerado o marco da Política Social no Brasil. Nesse sentido, em 1930 a classe operária exige o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado. Assim em 1932, há a criação do Ministério do Trabalho e em 1932 a criação da Carteira de Trabalho, que segundo Behring & Boschetti (2011: 106) constitui documento de cidadania no país. Nesse período são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões com intuito de cobrir riscos ligados a perda laborativa de modo a organizar as relações entre capital e trabalho de modo a enfrentar as manifestações da questão social. Uma vez que devemos pontuar que 1929 ocorreu uma crise econômica mundial, assim como sinaliza Couto:

No contexto da crise econômica de 1929 e do crescimento das desigualdades das tensões sociais inerentes ao capitalismo na sua fase monopolista, surgiu, no âmbito mundial a proposta do estado social, que alcança sua consolidação e desenvolvimento no pós guerra, notadamente nas décadas de 1950 e 1960. (COUTO, 2008, p. 64).

Dentre os impactos da presente crise, houve um crescimento das desigualdades e tensões, que por sua vez impulsionou o Estado intervir nos setores econômicos e terciários e como estratégia de enfrentamento as manifestações oriundas da questão social, o sistema protetivo está atrelado a contribuição dos trabalhadores vinculados ao mercado formal, ou seja, por exemplo o acesso aos direitos trabalhista, uma vez que:

No contexto da crise, as desigualdades sociais tendem a aprofundar-se, de modo mais acentuado, os interesses que se articulam no interior do projeto e perpetuação dos mecanismos de dominação social, política e econômica. Os custos da crise são socializados, agravando e evidenciando os contornos da questão social em níveis local, regional, nacional e internacional. (SILVA, 2016, p. 27-28).

Contudo, os trabalhadores que se encontram fora do sistema formal de trabalho se veem a mercê de ações de caridade. Nesse cenário em 1 de julho de 1938 Getúlio Vargas por meio do decreto Lei nº 5256, institui o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) ao qual está vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. Concernente as ações de benevolência e

caridade, em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), coordenada pela primeira dama Darcy Vargas. A LBA foi considerada como a primeira Instituição de Assistência Social com abrangência nacional.

Nesse sentido, conforme estudos apontados por Sposati (2020) temos a segunda regulação federal da assistência social, em que ocorre um aparato externo a gestão estatal federal, ou seja, apoiado por voluntariados sob a tutela da primeira-dama, contrapondo-se deste modo a responsabilidade social e identificando-se com a missão.

Segundo, Sposati, vale destacar que:

O governo de São Paulo, na segunda metade dos anos 1930, instalou no aparato estatal órgão específico para a gestão da assistência social, inicialmente vinculado à área da Justiça. Trata-se da primeira iniciativa de que se tem notícia da responsabilização estatal por essa área. Possivelmente isso decorreu, de um lado, pela forte mobilização da Democracia Cristã com a aliança com a Igreja Católica, e a distância política entre as forças sociais de São Paulo e as de Getúlio Vargas. Havia, portanto, capacidade de forças que, nesse momento histórico, se propunham a atuar nesse campo sob responsabilização estatal, sem o artifício do comando das primeiras-damas. O não envolvimento direto do Estado na alçada federal significou a escolha do caminho liberal-conservador, impedindo que o Estado brasileiro se envolvesse com a ampliação da proteção social para além da previdência social, alojada no Ministério do Trabalho. (Sposati, 2020, p. 150)

No que tange este período histórico, “a assistência social foi marcada pela preocupação materno-infantil e a valorização da puericultura”, ressaltando-se também que houve expansão da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) em território nacional brasileiro expandindo-se pós Segunda Guerra, destacando nos estados do Norte e Nordeste e assistência social.

Sposati, nos conduz a reflexão de Ana Paula Vosne Martins 2020, p. 151, quanto ao perfil de uma “cidadania feminina”, o que nos remete a inferir acerca da constituição da sociedade brasileiras, dos valores conservadores e patriarcais, reforçando o lugar da mulher na sociedade associada a capacidade de cuidar.

Em 1960, é regulamentada no Brasil a Lei Orgânica da Previdência Social, assim como nesse período em decorrência da instauração do regime militar no país há o surgimento dos movimentos sociais, marcados por reivindicações da população por melhores condições de vida e trabalho, logo as políticas sociais em curso visavam a inércia da oposição, despolitizar a organização dos trabalhadores e controlar o conflito sociais.

Em decorrência do cenário de insatisfações que se instaura, a década de 60 e 70 há uma ampliação concernente ao surgimento dos movimentos sociais. Entre 1970 e 1980, o intuito dos movimentos sociais é consolidar direitos e promover a redemocratização do país.

No tocante ao cenário econômico, mais uma vez se vivencia a crise de acumulação do capital que acarreta o aumento da desigualdade social o distanciamento cada vez maior entre ricos e pobres. Neste período, ocorre a terceira regulação estatal de gestão da assistência social que vincula a LBA ao Ministério da Previdência e Assistência Social e que em 1969 é transformada em Fundação e em 1974 vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e em 1990, passa para o Ministério da Ação Social, período que marca a quarta regulação federal de gestão da assistência social no estado brasileiro ocorre exatamente com a criação do Ministério de Ação Social.

Em 1995 ocorre a extinção da LBA e tem-se início a quinta regulação federal de gestão da assistência social, onde dá-se início a um novo programa atrelado ao primeiro damismo, o Comunidade Solidária. Destaca-se, que com o Programa Comunidade Solidária, institui-se o vínculo entre Estado e sociedade civil pelas Organizações da Sociedade Civil (OS), fato ao qual: (SPOSATI, 2029, p.154):

[...] ao final do governo de FHC, o Comunidade Solidária transformou em ONG com personalidade jurídica própria, executando diversos projetos em apoio ao estado federativo.

Com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social, juntamente com a Previdência Social e Saúde, constitui o tripé da Seguridade Social. Ao que se refere a Assistência Social, ela é regulamentada pelas demais legislações que a complementam, norteiam princípios, objetivos e diretrizes que a regulamenta em território nacional.

Nesse sentido, com a Constituição Federal de 1988, instaura, conforme sinaliza Sposati, a proteção social no Brasil como direito de cidadania e dever do Estado. (Citação direta pg. 136). Faz-se imprescindível um parêntese para refletirmos como pondera a autora quanto que após 30 anos o lugar da assistência social “é de uma construção em realização”.

A promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 07 de dezembro de 1993, constitui-se um marco histórico da assistência social no Brasil, tendo em vista que em consonância com o previsto na Constituição Federal de 1988 inclui a Assistência Social como política pública de direito:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, são política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, art. 1º)

Nessa perspectiva a LOAS, visa a garantia da efetivação de um modelo descentralizado e participativo, sendo materializada com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que foi instituído em 2005 através da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 130 de 15 de julho de 2005 instituindo serviços, programas, projetos e benefícios.

Com a promulgação da LOAS, em seu Art. 2º, a assistência social tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- e) a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV – (revogado);

V – (revogado).

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Considerando o contexto apresentado, observamos que a assistência social no Brasil atravessou por uma longa trajetória para alcançar a ruptura com o modelo assistencialista para o viés de uma política pública de direito.

Em 2004 a Política Nacional de Assistência Social é promulgada por meio da Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004, nesse sentido normatiza as ações de assistência social de forma integrada às políticas setoriais, objetivando desse modo:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- Contribuir para a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar ações no âmbito da assistência social que tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004, p. 31)

Nesse sentido, o período de 2004 a 2016 compreende o período da sétima regulação federal de gestão da assistência social no estado brasileiro caracterizado pela reforma

democrática da Assistência Social. Mediante a este novo paradigma e com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (2005) ocorre a reorganização da Política de Assistência Social ao qual passa a ser dividida entre duas proteções sociais: Básica e Especial Média Complexidade e Alta Complexidade) e Norma Operacional Básica- NOB SUAS (2005),

O processo de construção da assistência social no Brasil foi permeado por fundamentos do conservadorismo, doutrinários e positivistas e nesse sentido as políticas sociais vem ao logo do tempo se constituindo em ações focalizadas e fragmentadas, que impactam a sua efetividade enquanto política pública, bem como a vida das classes subalternas, com as quais trabalhamos no cotidiano.

Logo o significado da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade e que sociedade é esta? Desde que a assistência social se constitui como política pública no Brasil, assistimos no decorrer desse processo um retrocesso nesse percurso:

Sabemos que a política social no Brasil tem funcionado ambigualmente na perspectiva de acomodação das relações entre o Estado e a sociedade civil e, desde logo, cabe observar que as políticas sociais no contexto das prioridades governamentais, nos últimos vinte anos, vêm-se caracterizando por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos... (YAZBEK: 2009, p. 45).

Ou seja, a assistência social se insere em um contexto que reflete as relações que reproduzem “os interesses em confronto na sociedade” (Yazbek, 2009, p. 30-31). E de acordo com o momento histórico os ideários constituídos nesse percurso vão atendendo a classe dominante vigente.

Vejamos,

... a eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992), primeiro presidente eleito em pleito direto após mais de vinte anos de Ditadura Militar, representou um retrocesso significativo nos ideais defendidos na Constituição Cidadã. (GAMA, ALMEIDA E MONNERAT, 2020, p. 49-50).

A sociedade vivencia neste período, segundo os autores um contexto de adversidade tanto do ponto de vista econômico e político. Em decorrência do afastamento de Collor, Itamar Franco (1992-1995), assumi. Não obstante, foi o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999- 2002) concernente a implantação da assistência social foi criada o Programa Comunidade Solidária:

Esse programa institui uma estrutura paralela e a margem da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), privilegiando o desenvolvimento de projetos sociais em

parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGS) em detrimento do aprofundamento do protagonismo das secretarias estaduais e municipais de assistência social. (GAMA, ALMEIDA E MONNERAT, 2020, p. 50).

Nesse sentido, a criação do Programa Comunidade Solidária contribui para a refilantropização da questão social brasileira apud YAZBEK, 2014. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, houve no campo econômico a implementação do Plano Real, que por sua vez também não reverberou em resultados favoráveis no campo social. Desse modo, o que presenciemos mais uma vez é o descompasso em atender as manifestações da questão social na sociedade brasileira em curso.

No Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011),

“a questão social passa a ser alvo de novas abordagens, que embora se voltem ao enfrentamento da pobreza trazem as marcas da focalização e da seletividade” (YAZBEK, 2012, p. 307)

Ainda Yazbek salienta que no governo Lula foi criado o Programa Bolsa Família de âmbito federal que se expandiu por todo território nacional e segundo, Sposati:

A Reforma Democrática da Política de Assistência Social (2004- 2016) implicou a mobilização de forças de efetivação do determinado pela LOAS de 1993 como seus princípios e diretrizes, destacando-se:

- a identificação de *seguranças sociais* a serem garantidas pela política;
- a distinção de *funções na política entre proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos socioassistenciais*;
- *a unidade de uma política nacional e orientação por planos decenais*;
- *a unidade de referência e ação da política em todo território nacional* gerida de forma pactuada entre os três entes federativos;
- *a territorialização das ações da política*;
- *a inserção em todos os entes federativos de uma unidade de gestão direta da assistência social*, com orçamento próprio por meio de um fundo, um conselho gestor participativo de planejamento da ação;
- instalação de *centros de referência com ação territorial* e distintos em nível preventivo com proteção social básica e aqueles de atenção a riscos em proteção especializada;
- *a tipologia dos serviços socioassistenciais* por níveis de complexidade e especialização;
- estabelecimento de *vínculos na atenção prestada entre benefícios e serviços* (rede horizontal);
- *a prestação de benefícios e serviços socioassistenciais em todo o território nacional*;
- *a realização de encontros bienais em forma de conferências participativas e abertas em todos os entes federativos*, estimulando meios de mútuo reconhecimento social e público;
- *consolidação dos espaços de representação e controle social estabelecidos pela LOAS e fomento a novos espaços de cogestão em unidades de serviços*;
- *a forte presença nos municípios de trabalhadores e usuários e seus movimentos na efetivação dessa política*;

- *o cadastro das organizações privadas do campo da assistência social.* (SPOSATI, 2020, p. 157)

Em consonância com o disposto acima por Sposati, denominado por sétima regulação federal de gestão de assistência social no estado brasileiro, nos traz elementos de grande relevância para os fios de conhecimentos tecidos nessa pesquisa, pois:

A trajetória da política mostra que em seu interior opera uma disputa entre o Estado, sociedade civil, mercado, família, religião, que traz fortes demandas pelo modelo de subsidiariedade e rebaixamento da laicidade necessária à constituição de direitos sociais. (Sposati, 2020, p. 160)

Ao que se refere ao período compreendido de 2011 a 2019, período entre governo Dilma Rousseff e Michel Temer, o país vivenciou o início de ataques tão consolidados na atualidade. Tendo em vista que o retrocesso aponta, quando Michel Temer assumi a presidência da república em virtude do impeachment, da então Presidenta Dilma sofrerá, no intuito de precarizar as políticas sociais:

A primeira medida do governo Temer foi alterar a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, unificando-o com a pasta do Ministério Agrário. Essa decisão, certamente desqualifica o lugar que esse ministério anteriormente promove impactos negativo nos resultados esperados nos campos das políticas públicas... Nessa perspectiva, a ameaça mais gritante foi o anúncio do governo federal, em setembro de 2017, de cortar 98% do orçamento da Assistência Social para 2018. (GAMA, ALMEIDA E MONNERAT, 2020, p. 60)

Ainda no Governo Temer, temos a retomada do primeiro damismo, quando conforme sinaliza (GAMA, ALMEIDA E MONNERAT, 2020) o atual presidente indica a a sua esposa, a então primeira dama, a coordenar um determinado programa social, representando deste modo uma determinada área da política social.

Segundo, SPOSATI:

A consolidação do SUAS, a partir o II Plano Decenal de Assistências Social (2016/2026), está direcionada para a plena universalização do direito à assistência social, visando alcançar todos que dessa política necessitarem. É no cenário de resistências às reformas, às fragilizações e desmonte dos sistemas estatais que o II Plano Decenal de Assistência Social se coloca como instrumento político que expressa o compromisso nacional pela universalização e qualificação da proteção não contributiva dos direitos e o da integralidade da proteção social, o que requer consolidar o SUAS como modelo de gestão descentralizado e participativo, e avançar na construção de mecanismos potentes para o enfrentamento da desigualdade e da desproteção social. (Sposati, 2020, p. 158)

No governo de Jair Bolsonaro a assistência social, assim como os demais segmentos que compõem a Seguridade Social (Saúde e Previdência Social), vivenciam um processo de retrocessos nas leis que dantes estavam asseguradas pela Constituição Federal de 1988. Os impactos do atual (des) governo atrelado ao advento da pandemia da COVID 19, que afetou mundialmente o mundo, incide negativamente nas políticas de assistência social que passa a ser regida por ações fragmentadas, focalizadas onde a mercantilização da pobreza passa a ser produto desse contexto.

“O estágio atual do modo de produção capitalista (...) não tem mais nada a oferecer à humanidade, nem mesmo emprego e renda”. (MARQUES e BERWIG, 2021).

Essa afirmação das autoras explicita os impactos no mundo do trabalho a partir do novo modo de produção capitalista que, dentre outras coisas, reorganiza as relações de produção e reprodução da vida material. A partir dessa nova forma de acumulação capitalista – a do capital à juro – as relações de trabalho foram enfraquecidas com vistas à redução dos custos. A pressão para a desregulamentação das leis trabalhistas, ampliar a terceirização e as mais variadas formas de contratação são um fenômeno mundial, ainda que com formatos e intensidades distintas nos diferentes países, como tão evidenciado no atual governo brasileiro.

1.2 Caminhos de proteções e desproteções sociais no Sistema Único de Assistência Social

O caminho da Assistência Social no Brasil perpassa pelas marcas engendradas em nossa sociedade no que tange a forma como se constituiu a sociedade brasileira, nos provocando a refletir sobre as proteções e desproteções sociais instauradas no atual contexto histórico. Assim, não podemos deixar de lançar nosso olhar para as marcas da escravidão e genocídio dos povos originários e dos povos africanos.

Logo, a proteção social está atrelada ao contexto histórico de cada período e como nos conduz Sposati a reflexão:

A assistência social, como toda política social, é um campo de forças entre concepções, interesses, perspectivas, tradições. Seu processo de efetivação como política de direitos não escapa do movimento histórico entre as relações de forças sociais. Portanto, é fundamental a compreensão do conteúdo possível dessa área e de suas implicações no processo civilizatório da sociedade brasileira. (Sposati, 2009, p. 15)

E o quão imprescindível se faz nos colocarmos para refletir sobre tal afirmação, tendo em vista que, conforme pondera a autora quanto a clareza no que tange o embate entre “ duas abrangentes concepções da política social”, fazendo deste modo a menção entre à Constituição Federal de 1988, enquanto política de dever de Estado e direito da população e a outra que coloca o Estado como “ ser o último a agir”, em que :

...opera a assistência social sob o princípio de solidariedade como ação de entidades sociais subvencionadas pelo Estado. Sob esta ótica não há interesses em ter recursos humanos estatais ou fortes regulações para inserção de entidades socioassistencial. O órgão gestor pode estar sob a tutela de uma primeira-dama sem configurar nepotismo. A ausência do Estado é natural. (Sposati, 2009, p. 16)

Nessa perspectiva quais proteções estão sendo afiançadas pela política de assistência social? Ora, ora a assistência enquanto política de garantia de direitos regulada pela CF /88 apresenta nesse percurso aos dias atuais notórios avanços concernentes as proteções afiançadas pelo SUAS.

Com o reconhecimento da Assistência Social enquanto política de garantia de direitos, regulada pela Constituição Federal de 1988, é notório os avanços da política de assistência social no Brasil, tornando-se imprescindível refletirmos acerca de qual é o papel da assistência social enquanto política pública garantidora de segurança social que volta sua atenção aos segmentos mais fragilizados no âmbito da pobreza e extrema pobreza, tal como àqueles que se encontram fora do mercado de trabalho, seja por condições físicas ou etárias. Porém acentua-se que a proteção primária é individual e familiar, caso haja falhas nessas instâncias o estado passa a ser ou deveria ser o responsável interventivo para a garantia de medidas de proteção aos indivíduos ou famílias que se encontram em situação de desproteção.

A materialidade dessas intervenções na figura do estado se dá nas seguranças afiançadas na política de assistência social que provê seguranças sociais ao seu público que de acordo com a PNAS (2024), configura-se como:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Nesse sentido, a PNAS determina que as seguranças que devem ser atribuídas por essa política enquanto políticas de seguridade social são: a segurança de sobrevivência, de rendimento, de autonomia, acolhida e convívio e de vivência familiar.

Tal exposição nos incita a trazermos para o diálogo, quais modelos de proteções sociais a assistência social concebe ao Estado brasileiro, considerando sua trajetória socio-histórica, sendo que as seguranças a sobrevivência está atrelada a dar subsídios, ou seja, meios de sobrevivência, o que nos leva a indagar sobrevivência para quem e como?

Ora, ora em consonância com o II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) a assistência social sinaliza para a plena universalização do direito, ou seja, propõe-se atender a todos que dessa política necessitarem. Contudo, o acesso aos benefícios ofertados por essa política está atrelado a critérios de seletividade, logo se contrapõe ao proposto de universalização de direito, assim:

“a materialidade do SUAS são as desproteções sociais enquanto expressões desse conjunto de reducionismos na proteção social brasileira” (Sposati,2020, p. 159)

Assim, deparamos-nos com a institucionalização desse sistema público que se organiza de forma descentralizada e participativa por meio de uma rede de serviços socioassistenciais tipificados e articulados com benefícios. Concomitante a esta colocação nos sentimos provocados a problematizar sobre a operacionalização estatal da assistência social no que tange o Sistema Único de Assistência Social, pois nesse tecer é nos colocado em cena um ator fundamental:

[...] é a previsão do modelo compartilhado de cofinanciamento entre os entes, por meio de transferências regulares e automáticas, bem como a necessidade de destinação de recursos para benefícios, serviços, programas e projetos. Os blocos de financiamento são instituídos, abrangendo: proteções básica e especial; gestão do SUAS; gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. (Sposati, 2020, p. 158)

Nesse sentido, a operacionalização do SUAS perpassa pelo cofinanciamento nos três níveis do governo de modo a viabilizar sua execução. Assim, lançamos nosso olhar com recorte nessa pesquisa para a especificidade de sua operacionalização no que tange o trabalho social com famílias no município de São Paulo delimitando a nossa reflexão no Distrito do Grajaú aonde se encontram as sujeitas de nossa pesquisa, conforme nos debruçaremos nos próximos capítulos.

1.3 Caminhos propostos para o Trabalho Social com Famílias: das diretrizes e orientações técnicas aos relatos de experiência

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014) normatizou serviços específicos para prevenção e enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social de famílias. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAAEFI) foram organizados nos níveis de proteção social básica e especial, respectivamente, e sob responsabilidade de execução do CRAS e do CREAS de cada região.

Além das normativas organizadoras, o então Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), ao qual a política de assistência social brasileira esteve vinculada de 2003 a 2018, 39 publicou cartilhas, livretos e materiais de apoio a fim de auxiliar gestoras e trabalhadoras no desenvolvimento de uma prática pautada sob princípios e objetivos padronizados e a partir da tipificação dos serviços PAIF e PAAEFI, considerando as diferenças culturais e regionais do país.

Alguns documentos, tais como “Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volumes I e II”; “Caderno de Orientações – PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”; “Orientações Técnicas para Atendimento no SUAS às Famílias e aos Indivíduos em Situação de Vulnerabilidade e Risco Pessoal e Social por Violação de Direitos associada ao Consumo de Álcool e Outras Drogas”; “Trabalho Social com Famílias Indígenas”, “Trabalho Social com Família”, “Fundamentos ético-políticos e rumos teórico metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na PNAS”, entre outros, descrevem orientações metodológicas e especificações para organizar e compor a prática do trabalho social.

O Programa de Atenção Integral à Família – PAIF (Portaria nº 78 de 08/04/2004) foi instituído segundo as diretrizes da PNAS, porém teve origem no início dos anos 2000, com o projeto piloto denominado “Programa Núcleo de Apoio à Família – NAF” e, posteriormente, em uma proposta expandida, como “Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF”, em 2003 (BRASIL, 2012b).

Em 2004, o PAIF incorporou os dois eixos estruturantes do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, e em 2009, com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, foi denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, com vistas a enfatizar a noção de ação continuada estabelecida pela LOAS (Artigo 24 – A, Lei nº 12.435), que também determina a oferta do PAIF pelo CRAS e o constituiu como

um dos principais serviços ofertados pela rede de proteção social do SUAS (BRASIL, 2012b). O PAIF integra o nível de Proteção Social Básica do SUAS e deve atuar em três esferas:

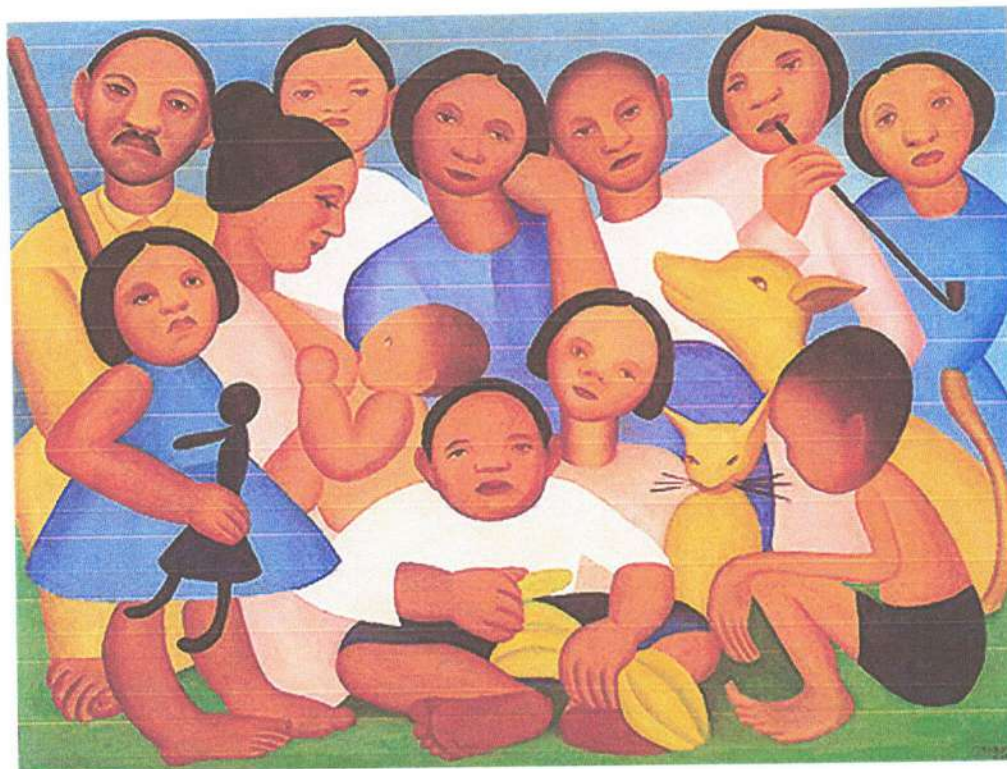
a) preventiva: atuando antecipadamente às ocorrências e situações que interfiram no exercício de direitos;

b) protetiva: favorecendo o exercício de direitos das famílias e seus membros com vistas à defesa, à garantia e à promoção destes e;

c) proativa: reconhecendo situações-problema e originárias de vulnerabilidade e risco social, que se configuram como obstáculos para o acesso aos direitos (BRASIL, 2012b). Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014).

CAPÍTULO 2. FAMÍLIAS COMO CENTRALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Foto 2. A família



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural ¹

¹ Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2332/a-familia>. Acesso em 29 de abril de 2024.

2.1 Breves considerações históricas sobre famílias no contexto das políticas sociais

No tecer da apresentação sócio histórica da trajetória da construção da Política de Assistência Social no Brasil, os fios entrelaçados nos apresentam a proteção social como uma construção histórica que tem como intuito atender as necessidades humanas, sendo desenvolvida de diferentes formas em consonância com as determinações econômicas, sociais, políticas e relações entre classes sociais.

Com o novo reordenamento da Política de Assistência Social no Brasil, a mesma adquiriu uma dimensão protetiva, preventiva e proativa, rompendo assim com as práticas desenvolvidas no período que a antecedeu, no entanto é imprescindível debater continuamente acerca desta ruptura de modo a não perpetuarmos ações que ainda jazem nos espaços de trabalho social com famílias.

Mediante ao resgate sócio histórico desenvolvido ao que se refere à evolução da Política de Assistência Social no Brasil: caminhos de proteção e desproteção são perceptíveis que do período de 1930 a 1980, a família segundo Teixeira (2015, p.227) “ocupou lugar secundário na conformação do Sistema de Proteção Social.” As ações eram fragmentadas sendo de responsabilidade das irmandades religiosas, das sociedades de auxílio mútuo e às Santas Casas de Misericórdia, atendendo assim situações específicas e sem pensar na família em sua totalidade, especificidade e potencialidades.

Neste período:

as famílias eram constitutivas do problema social e seus responsáveis não tinham capacidade de criar, educar e proteger seus membros. Imperava, da emergência do sistema de proteção social até a década de 1980, o paradigma da incapacidade familiar e da institucionalização dos seus membros, como crianças, adolescentes, idosos, portadores de doenças mentais, dentre outros, considerando uma ameaça para a sociedade pelos problemas de que eram portadores. (Teixeira, 201, p.228)

Mas afinal de qual família estamos falando? Segundo, SARTI (2010), pode se pensar família como uma “categoria nativa”, ou seja, de acordo com o sentido a ela atribuído por quem a vive, considerando-o como um ponto de vista.

Ainda a autora reitera:

“Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e resignificada, à maneira, dados os seus distintos lugares e, momentos na família. Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, cada família terá uma versão de sua história, a qual dá significado à experiência vivida. Ou seja, trabalhar com famílias requer a abertura para a escuta, a fim de localizar os pontos de vulnerabilidade, mas também os recursos disponíveis.” (SARTI, 2010: 26)

A partir dessa definição da autora, nota-se que quando se pensa em famílias desde os primórdios da humanidade nos depararemos com sua evolução que está atrelada ao momento histórico. E quando nos debruçarmos nos escritos de ENGELS², notamos o quão atual é o debate concernente à família na atualidade, onde nos remete a reflexão contínua destes processos de evolução. Em sua obra, Engels discorre sobre a Origem da Família, da Propriedade Privada em diálogo com as pesquisas de Lewis Henry Morgan³ trazendo para o debate o percurso histórico de se relacionar e como tal processo associa-se ao modo de produção vigente.

Assim de acordo com cada período histórico também reflete o modo como determinada sociedade está estruturada e como se dá as relações de gênero, sexo, família, comunidade, povo e Estado.

Partindo do exposto, Engels em conexão com os estudos de Morgan, discorre quanto aos estágios de desenvolvimento das sociedades e como se organizava: Estado Primitivo /Selvagem; Estado de Barbárie e Civilização, logo passados cerca de 140 anos a reflexão se faz de extrema relevância, uma vez que o homem se relaciona com o modo de produção e este modo modifica suas relações.

Nesse sentido, cabe-nos refletir brevemente como se constitui esse processo evolutivo das sociedades de modo a trazermos para o chão de nossa pesquisa a reflexão da centralidade da família no contexto das políticas sociais:

PROCESSO DE EVOLUÇÃO DAS SOCIEDADES	ORGANIZAÇÃO	TIPO DE FAMÍLIA
Estado Primitivo/ Selvagem	<ul style="list-style-type: none"> • A organização social era nômade, coletivista e matrilinear, ou seja, o sistema de filiação e de organização social estão relacionadas a ascendência materna. • O período selvagem foi caracterizado pela apropriação dos produtos da natureza e o 	<ul style="list-style-type: none"> • Consanguínea: permitido o incesto

² Engels: Friedrich Engels discorre acerca da origem da família em: Origem da família, da propriedade do Estado

³ Lewis Henry Morgan desenvolveu seus estudos no que tange ao estudo sobre genes dos indígenas norte americano em eu livro A Sociedade Antiga.

	<p>matrimônio que era realizado em grupos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nesse período o autor 	
Estado de Barbárie	<ul style="list-style-type: none"> • No período do estado de barbárie a sobrevivência ocorria pelo desenvolvimento da pecuária e agricultura concomitante ao aumento da produção e do trabalho humano. Este período caracteriza-se pela domesticação de animais e cultivo de plantas • Concernente ao tipo de matrimônio era sindiásmico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Punaluana: proibido o incesto • Matrimônio ocorria entre os grupos
Civilização	<ul style="list-style-type: none"> • Este período caracteriza pela monogamia nas uniões. 	<ul style="list-style-type: none"> • Monogâmica

Tabela1. Elaborada pela pesquisadora

Desse modo, a partir dos estudos de Engels, dentre a riqueza de elementos apresentados para a composição de nossa pesquisa, identificamos um ponto de grande relevância para pensarmos sobre a constituição das sociedades e das configurações familiares no decorrer da história da humanidade: o papel da mulher e de como essa constituição se reverbera e configura-se na implementação das políticas sociais.

De acordo com cada período histórico a sociedade se organizou de uma forma e nesse percurso a mulher esteve presente contribuindo para a subsistência de sua família, bem como para produção da riqueza social. No que tange a felicidade e a posição social da mulher em países como França e Inglaterra no século XVII, Safiotti (1978) vai nos sinalizar que estava atrelado ao casamento. A autora nos remete a uma reflexão que a ainda se faz necessária na sociedade atual:

E a asserção é válida quer se tomem as camadas ociosas em que a mulher dependia economicamente do homem, quer se atente para as camadas laboriosas nas quais a obediência da mulher ao marido era uma norma ditada pela tradição. Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever de a mulher desenvolver em relação ao chefe da família. A tradição de submissão da mulher ao homem a desigualdade de direitos entre os sexos não pode, contudo, ser vista isoladamente (SAFFIOTTI, 1798, p. 18).

Com o advento capitalista a mulher gradativamente vai se tornando marginalizada frente as funções produtivas, como nos remete, Saffioti (1978) “periféricamente situada no sistema de produção”. Logo, com a mudança do sistema feudal para o sistema capitalista evidencia-se a divisão de classes sociais e exploração econômica em que muitas mulheres são afetadas.

Segundo Duarte (2017):

Na medida em que a riqueza aumenta, auferem-se ao homem maior importância. O xeque-mate para a consolidação do modelo patriarcal foi o desmonte do direito de herança pela ascendência feminina, e para Engels (2009), a grande derrota do sexo feminino, passando o direito ao patrimônio a ser determinado pela filiação masculina e pelo hereditário paterno...

Por meio de sólidos laços de matrimônio, que só podem ser dissolvidos por vontade do homem, mulheres, assim como os filhos, passam a ser subjugados ao poder masculino, que se alimenta da própria supremacia masculina e da acumulação (Duarte, 2017, p. 28-29).

Duarte, ressalta em estudo que:

O patriarcado determina a sobrecarga, culpabilização e responsabilização da mulher pelos acontecimentos de toda ordem, no âmbito familiar, e, diametralmente, a ausência do homem, que se desresponsabiliza da totalidade das questões familiares – ficando ainda restrito ao exercício da provisão – essas questões reverberam até os dias de hoje na relação entre Estado e família e na concepção e operacionalização do trabalho com famílias, que é realizado no conjunto de proteção social. (Duarte, 2017, p. 30).

Ainda, Duarte apud ENGELS, 2017, p. 30:

[...] A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (Duarte apud ENGELS, 2017, p.30).

As contradições e antagonismo que reverberam no processo de desenvolvimento da sociedade através das determinações sócio histórica se refletem na implementação das políticas sociais voltadas para famílias nos dias atuais. Pois, considerando o processo de produção e reprodução das desigualdades sociais de nosso país, eis que tateamos as trajetórias

de discriminação, desigualdades raciais e de gênero, nos remetendo a olhar para que lugar as mulheres ocupam nas políticas sociais no que tange ao trabalho social com famílias, pois:

É necessário, portanto, desvendar as bases materiais historicamente construídas das relações de gênero articuladas à classe e etnia, quando optamos por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária. (CARLOTO, 2012, p. 13).

É notório, a vasta produção quanto à temática, contudo nos adentraremos tecer essa interlocução, partindo do desafio de dialogar com Carlotto (2012):

Mulheres pobres que tem de ser vistas a partir de várias contingências: raça/ etnia, geração, campo, / cidade entre outras. A realidade/ vida dessas mulheres nos traz questões que cotidianamente tem que ser enfrentadas relacionadas ao mundo do trabalho, à saúde, à violência, às responsabilidades na família. Discutir a pobreza, por exemplo, nos leva primeiramente a retomar o laço que une a perspectiva de gênero às relações sociais. O conflito entre classes sempre foi discutido sob a perspectiva de duas classes opostas e antagônicas, que protagonizam no cenário social relações de dominação de um sobre o outro. Esta forma de encarar a (re) produção das desigualdades sociais acaba por homogeneizar os sujeitos dentro das classes a que pertencem, não colocando em evidência outras relações que perpassam e alimentam as relações sociais, tais como as relações de gênero (CARLOTO, 2012, p. 12).

Partindo dos pressupostos elencados, ressalta-se a que família brasileira possui uma multiplicidade étnica cultural imensa e que com as transformações societárias a partir da metade do século XX, também conheceu profundas transformações. Ao qual é evidenciado hoje acerca dos novos arranjos familiares, onde houve um aumento de famílias chefiadas por mulheres, sem conjugue e com filhos.

Na atualidade há um grande aumento também no que se refere a famílias chefiadas por avós.

E dar visibilidade as narrativas de famílias acompanhadas pelo SASF no que tange ao trabalho social com famílias na perspectiva de uma política pública de direito, exige-nos refletir acerca dessas transformações e como é a metodologia aplicada para efetividade da mesma, sem perder de vista a constante relação conflituosa entre Estado e Família que perpetua ideologias e valores.

2.2 Vestígios históricos e Matricialidade sociofamiliar

No decorrer da história da humanidade cada sociedade desenvolveu estratégias de proteger aos seus membros em consonância com os modos de produção em curso. A história

de nosso país no que tange a formação da sociedade brasileira carrega consigo um legado do qual perdurou e perdura durante séculos resquícios da escravidão.

Pensar no trabalho social com famílias e as narrativas intrínsecas nesse tatear do conhecimento nos remete inferir sobre as desigualdades étnico raciais, de gênero e sexualidade, tendo em vista como discorremos anteriormente.

Eis que, remete-me a uma memória de uma experiência de uma atividade desenvolvida com famílias enquanto Assistente Social de um Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio em meados de 2015, do qual discorriamos sobre o papel da mulher na sociedade atrelado a questão de gênero, sobre quais são esses lugares. Dentre as participantes do encontro, havia a Senhora Maria que posterior a exibição de um documentário sobre a evolução dos direitos da mulher, nos exclamou: *“então a mulher não foi feita da costela de Adão!* Ao término do encontro ela permaneceu calada, não disse nada. No encontro seguinte, ao ser indagadas como elas estavam se sentindo, o que havia ficado do encontro anterior, a Sra. Maria nos disse que mesmo ficando calada nos encontros, ela anota o que ela não entende ou desconhece e vai procurar o significado ou pede para filha ajudá-la a procurar o significado das coisas e das palavras e que quando ela descobriu que a mulher não era feita da costela de Adão, ela entendeu que não nasceu para ser submissa e que a primeira coisa que fez foi passar para a filha dela esta informação de que mulheres são detentoras de direitos iguais aos homens de que não devem se sentir inferiores.

Nesse sentido, o tecer do conhecimento está imbricado também nas teias da memória, das vivências e das experiências. Conforme ressalta Portelli (2016, p.18). A memória, na verdade não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”. Assim, no tecer do conhecimento, os eventos narrados pelos sujeitos (as) para o compartilhamento dos conhecimentos e vivências adquiridas como parte do percurso da história.

Então, o processo histórico instaurado nos provoca a desafiar os paradigmas constitutivos da sociedade de modo a acirrar uma luta cotidiana que desvelem as perspectivas de opressão enraizadas em nossa sociedade. De modo a trazermos para o diálogo que a Política de Assistência Social (PNAS 2024) traz a concepção do lugar feminino no âmbito familiar, ou seja, matricialidade sociofamiliar e a centralidade da mulher e no tecer dessa pesquisa, foram acompanhando a Evolução de como as proteções aos indivíduos foram se organizando. Assim, cientificamos de que aos poucos o Estado foi organizando e

implementando as ações voltadas para famílias, maternidade, crianças e adolescentes, pessoas idosas e com deficiência.

Nesse sentido:

[...] a centralidade da família com vistas à superação da focalização, tanto relacionada a situações de risco como a de segmentos, sustenta-se a partir da perspectiva postulada. Ou seja, a centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p.42).

Tais ideologias, também marcadas na própria Constituição Federal de 1988, em seu art. 226: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, ou seja, os primeiros cuidados, a responsabilidade pela garantia de proteção é direcionada primeiramente para as famílias e depois para o Estado.

Nessa perspectiva, “a centralidade da família nas políticas sociais contemporâneas” (MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015, p. 214-215) na atualidade se materializa com as políticas de saúde, assistência social, políticas pensadas na criança, no adolescente, no idoso, jovem, entre outros. Ora, ora, contudo na formulação das políticas sociais voltadas para as famílias somos provocados a pensar se fato se é pensado na superação das diversas vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias. Há de fato uma conexão com os dispostos da própria política de assistência social?

Assim, a evolução sócio histórica da família, nos remetemos ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2013) que salienta que as definições legais não suprem o entendimento concernente a complexidade do que venha ser famílias. Ainda pondera que:

A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações (Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária 2013: 25)

O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) ainda salienta em seu documento definição de família acolhedora, família extensa, família natural e família em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Desse modo, o PNCFC reconhece a heterogeneidade de famílias e pensar no trabalho social com famílias na perspectiva de uma política pública de direito, exige-nos refletir acerca dessas transformações e como é a metodologia aplicada para efetividade da mesma, sem

perder de vista a constante relação conflituosa entre Estado e Família que perpetua ideologias e valores.

Com intuito de refletir acerca das narrativas de famílias no que tange a do trabalho social com famílias na atualidade embasados contextualização sócia histórica exposta, elucidaremos a as políticas sociais voltadas para o atendimento às famílias, de modo a pensarmos se uma nova realidade é possível considerando a evolução, construção e reconstrução da Política de Assistência Social neste país.

2.3 Caminhos propostos para o Trabalho Social com Famílias: das diretrizes e orientações técnicas

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014) normatizou serviços específicos para prevenção e enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social de famílias. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI) foram organizados nos níveis de proteção social básica e especial, respectivamente, e sob responsabilidade de execução do CRAS e do CREAS de cada região.

Além das normativas organizadoras, o então Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), ao qual a política de assistência social brasileira esteve vinculada de 2003 a 2018, 39 publicou cartilhas, livretos e materiais de apoio a fim de auxiliar gestoras e trabalhadoras no desenvolvimento de uma prática pautada sob princípios e objetivos padronizados e a partir da tipificação dos serviços PAIF e PAEFI, considerando as diferenças culturais e regionais do país.

Alguns documentos, tais como “Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volumes I e II”; “Caderno de Orientações – PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”; “Orientações Técnicas para Atendimento no SUAS às Famílias e aos Indivíduos em Situação de Vulnerabilidade e Risco Pessoal e Social por Violação de Direitos associada ao Consumo de Álcool e Outras Drogas”; “Trabalho Social com Famílias Indígenas”, "Trabalho Social com Família", “Fundamentos ético-políticos e rumos teórico metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na PNAS”, entre outros, descrevem orientações metodológicas e especificações para organizar e compor a prática do trabalho social.

O Programa de Atenção Integral à Família – PAIF (Portaria nº 78 de 08/04/2004) foi instituído segundo as diretrizes da PNAS, porém teve origem no início dos anos 2000, com o

projeto piloto denominado "Programa Núcleo de Apoio à Família – NAF" e, posteriormente, em uma proposta expandida, como "Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF", em 2003 (BRASIL, 2012b).

Em 2004, o PAIF incorporou os dois eixos estruturantes do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, e em 2009, com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, foi denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, com vistas a enfatizar a noção de ação continuada estabelecida pela LOAS (Artigo 24 – A, Lei nº 12.435), que também determina a oferta do PAIF pelo CRAS e o constituiu como um dos principais serviços ofertados pela rede de proteção social do SUAS (BRASIL, 2012b). O PAIF integra o nível de Proteção Social Básica do SUAS e deve atuar em três esferas:

a) preventiva: atuando antecipadamente às ocorrências e situações que interfiram no exercício de direitos;

b) protetiva: favorecendo o exercício de direitos das famílias e seus membros com vistas à defesa, à garantia e à promoção destes e;

c) proativa: reconhecendo situações-problema e originárias de vulnerabilidade e risco social, que se configuram como obstáculos para o acesso aos direitos (BRASIL, 2012b). Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014).

2.4 Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio-SASF

[...] os serviços atuam como ponto de convergência e mediação de ações vinculadas à Proteção social e exercem papel fundamental no desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, além do enfrentamento aos riscos circunstanciais (MIOTO, 2010, p. 5).

Como forma de dar materialidade a efetivação da proteção social que deve ser garantida e mantida pelo Estado, o Serviço de Assistência Social a Família e Proteção Básica no Domicílio – SASF, em conformidade com o preconizado na Portaria 46/SMADS/2010⁴, caracteriza-se por ser um serviço que desenvolve proteção social básica no domicílio junto a famílias em situação risco e de vulnerabilidade social, com idosos e/ou pessoas com deficiência. Prevê a convivência e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por

⁴ RESOLUÇÃO COMAS - SP Nº 2077, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023: Dispõe sobre a ratificação da proposta de portaria da SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social que tipifica os serviços socioassistenciais no município de São Paulo. Revisão Portaria 46/SMADS/2012. Material disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/comas/noticias/index.php?p=354035

meio de ações socioeducativas que visam: o acesso à rede socioassistencial, a garantia de direitos, o desenvolvimento de potencialidades, a participação e ganho de autonomia, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, às situações de risco, exclusão e isolamento dos grupos familiares.

No âmbito das políticas públicas brasileiras tem-se a família como eixo central. No contexto da política de assistência social da cidade de São Paulo, o SASF, existente apenas neste município, é executado a partir de Termo de Colaboração entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e as Organizações da Sociedade Civil para prestação de serviços socioassistenciais no Município de São Paulo.

Com escopo para atendimento a 1.000 famílias, o SASF tem sua ação focal para:

- Famílias e/ou pessoas beneficiárias de programas de transferência de renda (PTR) e benefícios assistenciais;
- Pessoa idosa e pessoa com deficiência que vivenciam situação de vulnerabilidade e risco social, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Famílias e/ou pessoas com precário ou nulo acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social;
- Programa Criança Feliz ⁵ - atendimento a crianças 0 - 3 anos, crianças de 0 - 6 anos (BPC) e gestantes (proposta diferenciada de trabalho do SASF) atendimento de orientação e ludicidade voltado para a Primeira Infância.

A metodologia desenvolvida na execução do trabalho do SASF perpassa pela oferta de atividades regulares, com periodicidade definida de acordo com seu planejamento e atendendo às necessidades das famílias e especificidades do território, fazendo bojo interventivo do trabalho: Encontros Socioeducativos, oficinas de geração de renda e convivência, visitas domiciliares, atendimentos espontâneos, encaminhamentos, monitoramento e articulação de rede e território.

Via de regra a matrícula das famílias é realizada a partir das listagens encaminhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, o serviço realiza busca ativa das

⁵ Programa Criança Feliz (PCF) foi instituído pelo governo federal por meio do decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016. O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo – SP – COMAS – SP, por meio da Resolução COMAS-SP nº 1232, de 14 de agosto de 2017, Resolve: Artigo 1º Aprovar o termo de aceite ao Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social para o município de São Paulo, conforme anexos I e II. Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação (diário Oficial da Cidade São Paulo 15/08/2017 – pag. 549).

famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e Benefício de Prestação Continuada – BPC. A matrícula somente é efetivada quando houver concordância da família para participar das atividades ofertadas e preenchimento da sua Ficha Cadastral. As famílias são visitadas regularmente e estimuladas a participar de atividades individuais, grupais e comunitárias, com a finalidade de promover o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e fortalecer vínculos familiares, comunitários e sociais. Sendo constantemente contatadas com relação à observância de sua condição de beneficiária dos Programas de Transferência de Renda, para o cumprimento das condicionalidades estabelecidas e do compromisso para a permanência no serviço.

O período de acompanhamento das famílias pelo SASF atravessa a contínua avaliação quanto às aquisições sociais e materiais, particularmente no que se refere ao cumprimento de condicionalidades de educação e saúde do Programa Bolsa-Família. O Plano de Desenvolvimento da Família deve ser periodicamente avaliado pela equipe, com a família, e verificado o alcance de seus propósitos. De modo que a permanência da família no serviço deve estar condicionada às avaliações periódicas e readequações do Plano de Desenvolvimento Familiar, sendo desejável que não ultrapasse 24 meses, tendo em vista a expectativa de resultados e aquisições da família, bem como a necessidade de inclusão de outras famílias no serviço. A decisão técnica a respeito do desligamento da família deve ser fundamentada nas aquisições sociais e materiais, na conquista de autonomia, no acesso a direitos e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Essa decisão deve ser tomada de forma progressiva e compartilhada com a família, com discussões avaliativas com o técnico do CRAS, gestor da parceria do serviço, coexistindo nesse processo elementos objetivos e subjetivos a respeito das conquistas da função protetiva da família, da cidadania de seus membros e da interrupção de situações de agravo.

Identificada necessidade, é possível ampliar o prazo de permanência da família por até no máximo 6 meses, totalizando 30 meses no SASF.

Na esfera do Monitoramento e Avaliação do trabalho realizado, afere-se a participação, envolvimento e adesão das famílias nas atividades previstas pelo SASF. Situações que podem ser monitoradas pelos registros de atividades durante as visitas domiciliares – momento em que as famílias têm oportunidades de relatar suas impressões sobre o trabalho, bem como os grupos de convivências e demais ações do serviço.

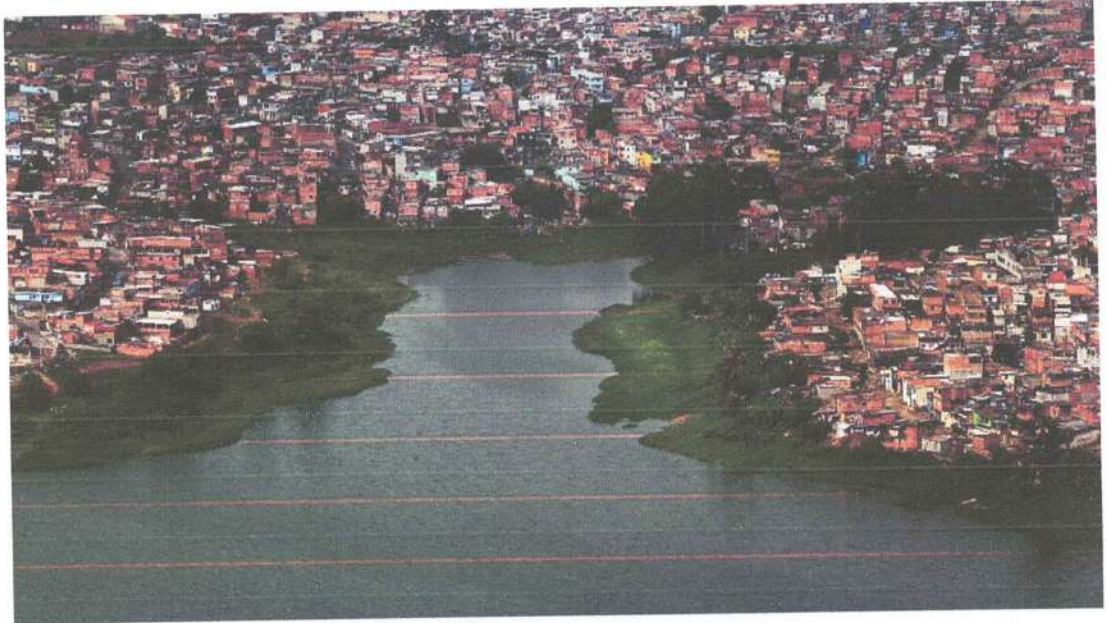
Sobre as políticas sociais voltadas para famílias conforme brevemente apresentada, cabe ressaltar o quão de responsabilidade afere-se as famílias para superar as diversas vulnerabilidades sociais enfrentadas em seu cotidiano:

Assim, devemos reconhecer hoje o uso extenso de programas de manutenção de renda não universais, que funcionam de forma descontínua (em termos operacionais, prolongados atrasos de pagamento, por exemplo, são comuns), propiciando em geral auxílios bastante difusos e modestos e centrados em trabalho com famílias (CAMPOS; MIOTO, 2003, P. 180).

Nessa perspectiva, impõe-se a família o cuidado de seus membros, assim como a operacionalização da política de assistência social através de políticas sociais que reforcem este lugar, no entanto esta operacionalização deve estar em consonância com um projeto ético político que considere o indivíduo em sua totalidade por meio de condições de equidade social e econômica.

3. TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: NARRATIVAS EM CURSO

Foto 3. Grajaú



⁶Fonte: Imagem de casas no Grajaú, à beira da represa Billings /Imagem: Jorge Araújo/Folhapress

3.1 Caracterização do território de abrangência da pesquisa

A escolha pelo território da pesquisa não se deu aleatoriamente, vem ao encontro das vivências e experiências da pesquisadora enquanto trabalhadora de um Serviço de Assistência Social e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF no Distrito do Grajaú em um período de dez anos. O fato de já conhecer o território foi um facilitador no que tange o acesso aos serviços, contribuindo para a articulação com os gerentes dos serviços e levantamento das nossas sujeitas da pesquisa.

Assim, a pesquisa teve seu chão percorrido pela subprefeitura de Capela do Socorro que é composta pelos Distritos: Cidade Dutra, Grajaú e Socorro, nossa pesquisa terá ênfase no Distrito do Grajaú, território em que tecemos o diálogo para materialidade de nossa pesquisa.

⁶ Imagem disponível in <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/03/22/grajau-distrito-sao-paulo-maior-concentracao-populacional.htm>

O Distrito do Grajaú está localizado na região Sul da cidade de São Paulo que possui 96 distritos. Segundo dados Mapa da Desigualdade Social de São Paulo, o Distrito do Grajaú é considerado o maior distrito com maior número de pessoas de domicílio de 395.381:

DISTRITO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO PARDA E PRETA	POPULAÇÃO FEMININA	IDADE MÉDIA MORRER
Grajaú	395.381	56,8	51,444	62
Cidade Dutra	204.452	45,5	52,155	68
Socorro	35709	21,5	53,396	77

Tabela. 2. Dados da Capela do Socorro

Em comparação com os demais Distritos da Capela do Socorro, Grajaú destaca-se por apresentar 56,8 % de sua população como parda e preta e 51,444 da população caracterizada como feminina.

Segundo, Milton Santos:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 7)

Ou, seja o território carrega consigo histórias, memórias, vivências e experiências. Carrega consigo uma identidade que vai se constituindo, construindo e reconstruindo ao longo do tempo. Koga (2016) nos remete a reflexão no que tange a proteção social tendo em vista o reconhecimento das desigualdades socioterritoriais. Ora, ora não deixemos de considerar a territorialização como um dos eixos estruturantes do SUAS.

O Distrito do Grajaú surgiu na década de 60 no período em que a cidade vivia o período de expansão em decorrência do processo industrial. É administrado pela Subprefeitura da Capela do Socorro, fazendo limites com os distritos de Pedreira, Cidade Dutra, Parelheiros e o município de São Bernardo do Campo e Diadema. Fica a 26 km da Praça da Sé e 14 km dos principais bairros da zona sul da cidade como Santo Amaro e Jabaquara.

Dentre os enfrentamentos da população por melhorias há de se destacar principalmente o que tange ao acesso ao transporte, mobilidade e infraestrutura. Nesse sentido, abrimos um parêntese para a experiência da pesquisadora, tendo em vista ser moradora do Grajaú, sabe muito bem o que é cruzar a cidade de um ponto ao outro e o quanto de enfrentamentos se coloca nessa condição. Ora, ora, ser mulher e ser periférica, é demarcar, melhor, é reafirmar que a vivência no território ele perpassa, nos perpassa por trajetos e experiências que nos possibilita o tecer de novas trajetórias.

O distrito do Grajaú também é cenário de potencialidades, mostra sua força na cultura, lazer, educação e empreendedorismo aos jovens de periferia, além dos seus projetos sociais.

Nesse sentido, o território:

[...] também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais (Koga, 2003, p. 33)

Ou seja, é no território em que a vida acontece. É no território que as relações, o modo de vida de cada indivíduo se materializa com suas histórias, em um processo dialético. Histórias que perpassam tensões, contradições, mas também nos mostram o tanto de possibilidades que permeiam este universo de relações.

3.2 O universo da pesquisa: conhecendo o SASF Grajaú I e SASF Grajaú III

Para a aproximação com as sujeitas de nossa pesquisa, efetuamos contato com os Serviços De Assistência Social a Família e Proteção Social Básica No Domicílio - SASF Grajaú I e SASF Grajaú III de modo a levantarmos uma amostra para coleta de dados concernentes às famílias atendidas pelo serviço. Nesse sentido, fizemos contato com as gerentes dos respectivos serviços, elucidando a proposta da pesquisa e a partir das experiências em curso já desenvolvidas por cada serviço de modo a efetuar o convite as participantes.

Quanto a localidade de cada serviço, o SASF Grajaú I e SASF Grajaú III, estão localizados na zona sul da cidade de São Paulo, Distrito do Grajaú, área abarcada pela Lei de Proteção aos Mananciais, é gerido pela Subprefeitura Capela do Socorro com território que

abrange 134km², localizado entre as bacias hidrográficas Guarapiranga e Billings e abrigando parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Bororé-Colônia.

No que tange ao **SASF GRAJAU I** foi implantado em 2010, atualmente ocupa um imóvel no Jardim Varginha, Rua dos Arribenhos, 38, os bairros de abrangência do serviço são: Jardim Marilda, Jardim Varginha, Jardim Nova Esperança, Jardim São Marcos, Paraguai, Jardim Teresa Maria, Jardim Sabiá I e II, e Auri Verde. A OSC responsável pela execução do Serviço é Centro **Comunitário Jardim Autódromo (CCJA)**, fundado oficialmente em 1986, com o grupo de noviças e apoio da comunidade do Jardim Autódromo.

Quanto a história do O CCJA é resultado de uma linda história de amor e doação. Surge a partir do olhar de uma mulher corajosa, de garra, inspirada e de muita fé: Anna Maria Del Balzo (Irmã Agostina), missionária italiana da Congregação Religiosa “Irmãs Estigmatinas Franciscanas. Em 1978, vem da Itália para o Brasil com a missão de cuidar da formação das noviças, jovens que estavam se preparando na mesma ordem.

Sua inquietação e desejo de atender aos pobres, levou-a ir além. A inquietude que era latente dentro de si, a levou a começar a conhecer o entorno de onde morava. Caminhava com essas jovens noviças para além dos muros do convento, pisando com firmeza e determinação o chão do povo que de fato eram as chagas do momento.

Segundo dados disponíveis no site do o CCJA atualmente possuem:

- 07 Centros de Educação Infantil – parceirizados com a Secretaria Municipal de Educação - SME, atendendo 1.016 crianças de 0 a 4 anos;
- Em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, executa: 04 Centro para Crianças e Adolescentes - CCA que atendem 600 crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e 11 meses; 02 Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo - CEDESP's com oferta socioprofissionalizante para 560 jovens e adultos entre 15 a 59 anos; 01 Centro para Juventude - CJ atendendo 90 jovens de 15 a 17 anos e 11 meses; 01 Centro Dia para Idosos; 01 Serviço de Acolhida para Crianças e Adolescentes - SAICA para atendimento de 20 crianças e adolescentes; 01 Serviço de Assistência Social a Família e Proteção Social Básica No Domicílio SASF que atende 1.000 famílias;
- Em parceria com a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia - SMIT, atua com 01 Telecentro com 17 micros com acesso à internet/banda larga,

tendo cerca de 1.500 agendamentos por mês; 08 Salas de Alfabetização de Adultos/MOVA com um total de 181 alunos.

Em outubro de 2023, a gerente do Serviço SASF Grajaú disponibilizou I as informações referentes aos atendimentos efetuados e setembro de 2023, sendo 976 pessoas, dados este que constam em Formulário de Monitoramento da Rede Socioassistencial, sendo 896 pessoas do sexo feminino e 80 do sexo masculino. No que tange os dados referente à etnia, o mesmo não foi apresentado em relatório. Quanto aos atendidos no mês de referencia, onde foi efetuado o levantamento junto ao serviço sobre identidade de gênero, registra-se 975 atendidos cisgênero e 01 atendido transgênero.

Quanto ao perfil de pessoas ou famílias beneficiárias de Programa Bolsa Família e/ ou Benefício de Prestação Continuada:

- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família: 349 pessoas
- Pessoas com deficiência que recebem BPC: 117 pessoas
- Idosos beneficiários que recebem BPC: 55
- Famílias em descumprimento do PBF: 08
- Crianças de 0 a 6 anos, com deficiência, que recebem BPC: 04

O **SASF Grajaú III**: implantado em 2011, está localizado na Rua Alziro Pinheiro Magalhães, 580 – Jardim Belcito, sua área de abrangência e atuação que compõem os bairros: Jardim Belcito, Jardim Três Corações, Jardim Noronha I e II, Jardim Moraes Prado I e II, Jardim Porto Velho, Jardim das Pedras, Jardim Chácara do Sol, Toca do Tatu, Jardim Jaú, Jardim Novo Jaú, Jardim Ellus e Jardim Shangrilá.

A Organização Instituto Anchieta Grajaú (IAG), instituição sem fins lucrativos, fundada e juridicamente constituída em 28 de maio de 1994, têm como missão a transformação através da inclusão, do reconhecimento e da validação da existência humana.

Tem o objetivo de promover a inclusão de famílias, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social sem distinção de gênero, credo, cor ou origem regional. Nesses 29 anos de ação ininterrupta, vem desenvolvendo programas de promoção humana e social, o IAG atua com infraestrutura de educação, saúde, meio ambiente, cultura, esportes, lazer, profissionalização e geração de renda.

O IAG, atualmente possui serviços parcerizados com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS:

- 01 Centro da Criança e do Adolescente – CCA, crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, 01 Centro para Juventude – CJ, adolescentes de 15 a 17 anos e 11 meses, 01 Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica do Domicílio – SASF GRAJAÚ III;
- Com a Secretaria Municipal de Educação – SME, mantém 01 Centro de Educação Infantil – CEI que atende, em período integral, crianças de 1 a 3 anos e 11 meses.

No que tange os dados disponibilizados pela gerente do serviço referente ao Formulário de Monitoramento da Rede Socioassistencial do mês de Setembro de 2023, o SASF Grajaú III apresentou o atendimento de 1.017 pessoas, sendo 849 pessoas do sexo feminino e 168 do sexo masculino.

No que tange os dados referentes à etnia de acordo com o disposto em no Formulário:

- Amarelo: 0
- Branco: 352
- Indígena: 0
- Não Informado: 0
- Parda: 06
- Preta: 659

Quanto aos atendidos no mês de referência, no que tange a identidade de gênero, registra-se 1.015 não declarados e 02 transgênero. Ao que se refere a pessoas ou famílias beneficiárias de Programa Bolsa Família e/ ou Benefício de Prestação Continuada:

- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família: 609 Pessoas
- Pessoas com deficiência que recebem BPC: 77 pessoas
- Famílias em descumprimento PBF: 65
- Idosos beneficiários que recebem BPC: 65
- Crianças de 0 a 6 anos, com deficiência, que recebem BPC: 08

3.3 A escolha da metodologia da história oral e aproximação com as sujeitas da pesquisa

Considerando que o nosso objetivo é dar visibilidade as narrativas que perpassam o trabalho social com famílias acompanhadas pelo SASF Grajaú I e SASF Grajaú III mediante as situações vivenciadas pelas famílias, optou-se pela pesquisa qualitativa de modo a alicerçar a escolha de nossa metodologia. Esta escolha, também é uma escolha política.

Segundo Martinelli:

O método de pesquisa é sempre uma opção política e, no caso da história oral, um verdadeiro imperativo ético, pressupondo a construção de um terreno comum de trocas entre os interlocutores, fundado na confiança mútua, num verdadeiro interjogo de subjetividades. A explicitação das intencionalidades, a construção ética da pesquisa, o respeito aos participantes e à sua livre expressão são fundamentais nesta metodologia que nos coloca em contato direto com os sujeitos, permitindo nos conhecer sua vida cotidiana, seu modo de ser, de resistir, de expressar se pela mediação da arte e de reivindicar direitos (MARTINELLI, 2019, p.29).

Nesse sentido, a metodologia da história oral, permite-nos conhecer as trajetórias, os nós e os laços e enlaces que cada participante foi tecendo nesse cenário.

A história oral, então, é primordialmente uma arte da escuta. Mesmo quando o diálogo permanece dentro da agenda original, os historiadores nem sempre estão cientes de que certas perguntas precisam ser feitas. É comum, aliás, que a informação mais importante se encontre além daquilo que o historiador quanto o narrador consideram historicamente relevante (PORTELLI, 2016, p. 10).

Com base na história oral, realizamos a aproximação com as sujeitas de nossa pesquisa permitindo que elas pudessem nos trazer quais seu as narrativas em curso no eu tange o trabalho com famílias vivenciado por elas nas coes desenvolvidas pelos serviços.

A escolha das sujeitas de nossa pesquisa se deu a partir do levantamento realizado com as gerentes dos respectivos serviços, considerando a participação das famílias nas atividades disponibilizadas por cada SASF. A partir de então fomos tecendo o perfil das participantes de modo a demarcamos o lugar de cada uma nesse processo. Todas as entrevistas foram agendadas previamente⁷, respeitando o lugar e horários escolhidos por elas.

Para o desenvolvimento das entrevistas, a pesquisadora dispôs de um roteiro prévio, contudo no decorrer do diálogo com cada uma das participantes foi tecendo os fios das narrativas, respeitando desse modo à singularidade de cada sujeita participante.

⁷ Para o desenvolvimento das entrevistas enfrentamos alguns entraves, uma vez que para o desenvolvimento da pesquisa em lócus contatamos a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social- SMADS para requerer autorização para pesquisa. Tendo em vista os prazos a pesquisadora não ousou arriscar submeter o seu Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética na Plataforma Brasil. Nesse sentido, esclarecemos as participantes que seus nomes seriam preservados.

Durante o processo de coleta de narrativas cada uma escolheu por um nome para serem identificadas. Então, eis que lhes apresento nossas sujeitas participantes:

Nesse sentido, as sujeitas participantes de nossas pesquisas foram Formiguinha Atômica (51); Lilica Ripilica (61) e Conceição (93).

3.3. As narrativas e o processo de transcrição

A escolha Todas as sujeitas participantes entrevistadas assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, sendo que uma cópia ficou com esta pesquisadora e outra foi disponibilizada as sujeitas participantes. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas pela própria pesquisadora, o que possibilitou dar maior ênfase as narrativas transcritas.

O Encontro com Formiguinha Atômica

Foto 4. Formiga Atômica



A primeira sujeita participante de nossa pesquisa foi Formiguinha Atômica que nos acolheu prontamente no espaço do SASF Grajaú III. Após a leitura do Termo Livre de Consentimento, ela assinou, foi esclarecida quanto ao roteiro prévio perguntamos como ela gostaria de ser chamada na pesquisa e escolheu o nome de Formiguinha Atômica do qual relatou ter grande significado para ela, pois era assim que seu pai a chamava.

Hoje eu tô com 51 anos. Sou mãe de três filhos. R. que fez 32 anos. E. (31). E o meu anjo azul, que é o meu especial. R. I, que tá com 18 anos hoje. Bom, essa sou eu! Então, assim... É uma história meio triste, né. Eu fui mãe solteira.... Aos 16 anos já era mãe do R. e da E. O R. foi o filho programado. Infelizmente eu era usuária de drogas. Fui criada na rua, sem mãe. E engravidei do R. Dá insegurança, né. Acabei engravidando dele. E assim, foi bom porque aquele filho me incentivou a sair de tudo, de parar de usar droga, de fazer coisas assim que prejudicasse a mim e o bebê. Eu tive ele, fui para Belo Horizonte, apesar de ser paulista, fui morar em Belo Horizonte com esse rapaz. Na verdade, com esse homem, que ele era mais velho que eu. Na época eu tinha 15 anos. E aí eu fui. Não porque eu estava grávida, não. Eu

engravidou dele lá. Mas foi um relacionamento meio conturbado. Várias agressões, né. (Formiguinha Atômica, depoimento colhido em março de 2024).

Formiguinha Atômica em seu depoimento nos relata sua trajetória de vida, de luta e de resistência mediante as diversas situações que se insere em sua cotidianidade. Refere-nos que a gravidez do filho foi algo bom, pois *“me incentivou a sair de tudo, de parar com as drogas* (Formiguinha Atômica), pois relata se continuasse a fazer uso de substâncias psicoativas, isso faria mal para o seu bebê.

Conta-nos, que:

Eu tive um parto bem difícil. E aí, quando eu tive R... Eu resolvi me separar dele, mas ele era alcoólatra. Infelizmente, o menino estava com 3 meses, ele invadiu a minha casa e me estuprou. Aí eu tive a E. Acabei engravidando no resguardo do R. Difícil porque eu não queria ter outro filho. Ainda mais dele. Mas eu engravidou dela, foi difícil. E vira e mexe ele sempre tava indo lá. Agressão, agressão. Uma vez eu perdi a cabeça. Ele tacou o R. na parede. Um ano de idade. Ele me agrediu e o R. engatinhando foi pra cima dele. Sobreviveu um ano, mas queria defender a mãe. E aí ele tacou a criança na parede, eu perdi a cabeça e esfaqueei. Eu queria defender meu filho, entendeu? (Formiguinha Atômica, depoimento colhido em março de 2024).

Reescrever a história é também contá-la, tem do em vista que dialogam com a realidade que estão inseridas, de modo a permear as diversas nuances e possibilidades do cotidiano em que estão inseridas. Durante o compartilhar de Formiguinha Atômica, ela apresentou muita emoção em sua fala, pois é o reviver de toda situação que já havia passado e por quantas vezes durante o atendimento com as famílias não reproduzimos as violências que já enfrentaram.

[...] a polícia me levou, eu era de menor ainda, mas dois dias antes tinha dado uma queixa dele por agressão, eu estava muito machucada, por até prender ele, mas ele era tão violento que ele agrediu os policiais. E aí o delegado tentou me ajudar da forma que ele pudesse, não me deixando presa. Fiquei uma semana na cela, mas eu entrei em trabalho de quarto prematuro da E.

Ela aí nasceu de seis meses. Eles me levaram para o hospital. Eu a tive. Aí eu tive ela, mas não queria. Deixei ela no hospital, sabe? Estava muito revoltada pela situação. Mas aí eu cumpri quatro anos e meio. Não presa. Delegado, ele foi muito gente boa. Como eu tinha ele, eu tinha endereço fixo. Eu ia só assinar. Aí a gente ficou no hospital, porque ela nasceu prematura. E assim... O tempo foi passando e eu fui vendo aquele bebê ali e assisti em social. Um hospital muito bom sabe em Belo Horizonte. Eles conversando comigo, conversando comigo. Dizendo, ah, ela precisa de você. Mas foi o que eu tinha visto-a a mim, tipo, eu tinha medo, acho, de não conseguir (Formiguinha Atômica, depoimento colhido em março de 2024).

No que tange a perspectiva do cuidado, evidencia-se que o lugar da mulher e da família tanto nas políticas sociais está atrelado ainda nesse lugar de cuidado de proteção, assim como seu lugar posto historicamente no decorrer das sociedades.

Não tive coragem. Porque eu tinha esse direito. Ou de abortar, ou de dar para adoção. Abortar nunca, porque eu acho que é assassinato. Eu não via como é ter isso. E aí eu falei, não, eu vou criar ela. A minha filha. Porque eu lembrei de tudo que eu passei nas ruas, sem mãe. Minha mãe me abandonou. Eu nunca nem vi a cara dela, não sei nem como que ela era. E aí meu pai não podia ficar comigo porque minha madrasta não me aceitava. Eu criei, foi difícil. Muito difícil porque aquela criança me afrontava o tempo inteiro... Aí ele foi preso, quando ele saiu ele quis a menina, eu lutei contra isso, porque eu não ia deixar minha filha com ele, porque da mesma forma que ele me estuprou, ele poderia estuprar a filha, né? Foi uma luta muito grande quando eu voltei pra São Paulo. (Formiguinha Atômica, relato colhido em março de 2024).

A trajetória de Formiguinha Atômica está imbricada em um tecer de luta e resistência constante. Refere que quando retornou para São Paulo não contou nada para ninguém, mencionando que “eu sou contei aqui!”, referindo-se ao SASF. Formiguinha Atômica nos conta que o filho R. I ficou com sequelas devido a agressão que sofreu quando era criança. Conta-nos que teve um relacionamento com um amigo e que conheceu, “foi coisa rápida e engravidei do R. E.:

Ela já estava com 12 anos, o Robert com 13. E o R. veio todo especial para mudar a minha vida, mudar a mulher que eu era, revoltada, nervosa. Aí aquele bebê nasceu de cinco meses e meio. Não andava, não falava, vegetalzinho, que nem diz o médico, mas eu lutei. Começou a andar com 6 anos. O pai não aceitou. Mais uma vez, o pai nunca aceitou mais. Mas eu batalhei, criei a ela e me ajudou bastante, apesar da pouca idade dela. Ela foi uma guerreira junto comigo. Aí eu entendi o porquê que eu tinha recebido aquela garota, sabe? E pela liberdade, porque eu não fiquei presa realmente porque eu tava grávida dela. Não tinha fé nisso. E aí foi muito difícil. Eu era magrinha. Eu não tinha vontade de me arrumar. Quando eu tive o R. eu estava com 30 anos. E eu não tinha vontade de mais nada. Eu parecia uma senhora, sabe? Aí eu fui pagar aluguel, criar eles, fiquei. Depois voltei a morar com ele aqui, porque três crianças, pagar aluguel. E o R. precisava de muitos cuidados. Ele ficou quatro anos dentro do hospital e eu ali com ele.

Sobre o contato com o SASF Grajaú I, ele se deu quando R. já estava com cinco para seis anos de idade.

Como eu vivia muito no hospital, não tinha tempo de ir às reuniões. Elas iam vir aqui em casa, e aí eu ia lá quando dava. E eu comecei a ouvir histórias. E aí, um dia... Nunca vou esquecer isso. Em uma reunião aqui, eu pude vir. E as meninas trouxeram um espelho, sabe? Nunca vou esquecer disso. Aí, o desafio era você olhar no espelho e olhar o que você via.

Aí eu fui a terceira a olhar nesse espelho. Quando eu olhei no espelho, foi uma mulher triste, uma mulher assim... autoestima no lixo, no lixo. Uma mulher acabada, uma mulher sem brilho, sabe? Uma mulher, tipo, eu não sabia nem porque tava burra, entendeu? Aí eu olhei e falei assim, mano, eu não posso aceitar isso. E elas falavam, você vai olhar e vai ver o que você pode mudar em você. Eu lutei tanto nas ruas pra ficar viva, fugia de polícia, de traficante. Quantas vezes eu corri pra não ser estuprada, sabe? E a pessoa que eu amei fez isso, que eu me apaixonei. Foi meu amor, não posso aceitar isso não. Aí eu... fiquei olhando pra minha situação, sabe? Por causa de quê? De uma casa. Não. Na mesma semana, eu tomei uma decisão. Peguei o R., chamei um pessoal que eu conheço de clínica, internei o Roger, porque ele tinha tido, justo nessa semana dessa reunião, ele tinha tido duas overdose. E a dali eu falei, você não volta pra casa. Eu fiz uma internação compulsória. Internei-o (Depoimento de Formiguinha Atômica colhido em março de 2024)

Contudo, o lugar da mulher nessa sociedade, também é um lugar de resistência mediante as opressões e desigualdades classe, gênero e sociais.

O encontro com Lilica Repilica:

A nossa terceira sujeita participante é Lilica Repilica (61). A entrevista ocorreu no espaço do SASF Grajaú III. A escolha do nome se deu pela participante, tendo em vista como nos relatou o valor afetivo que o mesmo possui para ela que lhe remete a infância e que havia uma marca de roupa chamada Lilica Repilica e que ela gostava muito. Referindo que este nome a significa para ela carinho, fé e amor.

Foto 5. Lilica Ripilica



Fonte: Mundo⁸

⁸ Disponível em <https://www.mundoripilica.com/conheca-a-lilica/>

Após o esclarecimento quanto aos procedimentos da pesquisa, foi compartilhado com a Senhora Lilica Ripilica as questões disparadoras para o estudo de modo a possibilitar que as narrativas das participantes por meio de seus depoimentos tivessem visibilidade mediante ao trabalho social com famílias desenvolvido pelo SASF Grajaú III. Nesse sentido, ela inicia sua narrativa contando quem é ela:

Eu sou Lilica Ripilica, né. Eu tenho, 61 anos, me casei, divorciei e corro de várias criações. Mãe de sete filhos, cinco meninos duas meninas, o mais velho fez 30 e a caçula vai fazer 18. Eu sou uma pessoa brava, mas muito correta, não gosto de nada errado, não gosto mesmo. Gosto muito dos meus filhos. Sonho muito, a vida sou uma pessoa muito sonhadora, que não paga, né? Eu sei que a gente sonha e lá na frente Deus realiza os sonhos da gente. A ó de uma menina de três meses, do meu filho P. Tive, depois que minha mãe faleceu. Tive uma vida muito sofrida. Sofri muito com o marido, filhos dependentes em maconha, cocaína, tô com o mais velho agora que tá usando K2, tá difícil. Mas, creio em Deus que uma hora essa situação vai melhorar. E foi aí que eu conheci a Tati, que marcaram muito a minha vida e o velho (Narrativa de Lilica Ripilica colhida em março de 2024).

O encontro com o SASF Grajaú III, se deu muito antes do serviço ser implementado no território ainda na época que a Organização Instituto Anchieta Grajaú tinha parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) por meio do Programa Ação Família⁹.

A Leda marcou minha vida de uma maneira. Você conhece aquela planta primavera que tem ali que tem uma cor linda. Ali, olha acho que aquela planta tá tão bonita porque ela era regada com as minhas lágrimas quando minha mãe tava doente, meu marido me traía com outra mulher. Não dava dinheiro, os filhos pequenos. Quando ela floresce eu vejo as minhas gotas, as gotas de lágrima naquelas flores. Sabe que foi irrigado com as minhas lágrimas, ficou bonita, cresceu e eu também através das conversas que tive com a Leda cresci muito. (Narrativa de Lilica Ripilica colhida em março 2024)

A narrativa de Lilica reflete a importância da acolhida, conforme disposto na NOB/2005, pois possibilita esse ouvir, essa escuta profissional que venha assegurar o acolhimento. A partir de este acolhimento pensar em responsabilidades coletivas e construir relações de convivência e vivências.

A trajetória de Lilica também é marcada por sonhos e um ressignificar constante, nos conta que os filhos foram vindo, um filho atrás do outro. Contudo sempre trabalhou, quer foi

⁹ O Programa Ação Família foi implantado em 2006 em 13 Distritos e 09 subprefeituras no Município de São Paulo, dentre elas Capela do Socoro. Informações disponíveis em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/Programa_Acao_Familia_Viver_em_Comunidade_1260969736.pdf

trabalhar em uma Clínica de fisioterapia e o quanto almejava fazer faculdade de neurocirurgia. Relata com muita emoção e brilho nos olhos que era também jogadora de voleibol. E sua jornada de vida naquele momento era jogar vôlei, trabalhar na feira fazendo arranjo de flores aqui e aos domingos trabalhava na feira com banca de frutas. Conta-nos que aos trinta anos de idade, certo dia no caminho para um jogo contra a Pedreira sofreu um acidente de carro que quase lhe custou à vida. Em decorrência do acidente, precisou interromper os estudos, relata que estava cursando o primário. Mais com o passar dos anos não desistiu e foi retomando e conseguiu concluir o ensino médio. Traz-nos com muita emoção os cuidados que teve de sua mãe quando estava acidentada, de que ela cuidava dela, lhe dava banho.

Dentre as idas e vindas da vida, Lilica nos conta a perda após sofrer um Acidente Cardio Vascular (AVC) em que ficara debilitada:

Aí fui, fiquei lá com a minha mãe, minha mãe veio pra casa de sonda, tudo. Ai, que sofrimento! Eu falava pra ele, me ajuda tô grávida, que eu fiz um pré-natal, gravidez de alto risco, e uma alteração que eu fiquei sabendo que era menina. Nunca mais me arrependi. Ajuda-me, tira minha mãe da cama, que ela tá ali xixi. Amanhã você tira. Eu tenho que trabalhar com aquele barrigão, a apoiava aqui assim, tirava ela, passava pra minha cama, trocava a cama dela, trocava a fralda e as lágrimas. Ela fazia assim pra mim, sabe alisava o meu rosto, fazia pra mim não chorar. Pra mim não gritar... Vai fazer 24 anos que eu perdi minha mãe. Ai, o dia que sepultei minha mãe, também sepultei mais da metade do meu coração, né? E nessa parte que eu falo que a Leda, tenho muita gratidão pela escuta (Narrativa de Lilica Ripilica colhida em março 2024).

Concomitante ao período em que perdeu a mãe, Lilica relata que também descobriu as traições do companheiro:

Aí eu descobri essa traição do meu companheiro, eu já desconfiava. Ai sabe o que eu fiz? Comprei chumbinho. Dois frascos de chumbinho. E aí os meninos chegaram da creche. Banhei todos. Tomei banho, dei a comidinha pra eles, seis e meia, que eles vão comer cedo, porque queriam ir pra praia. Ai coloquei os quatro para dormir e tinha o que estava na barriga. Fiz o suco, coloquei o chumbinho. Ai pensei bem. Falei, senhor, eu não posso cometer essa loucura na minha vida, meu Deus. Eu mato os meus filhos, os filhos que o Senhor me concedeu, que não são meu, são seu, né? E mato o que tá na barriga e fico viva. A minha vida vai acabar aí. Eu vou presa e vou ser um vegetal, que eu ia andar na terra, como se fosse o nada, arrastando esses grilhões daqueles anjos que eu tirei a vida. Então, peguei e joguei tudo chumbinho dentro do vaso sanitário e pedi perdão a Deus.

Eu me divorciei dele porque teve várias traições. Ele me roubava o dinheiro meu. Eu escondia, porque eu sempre gostei de festa, nostalgia, de dança samba rock e festas (Narrativa de Lilica Ripilica colhida em março 2024)

Ao longo de seu relato, identificamos o quanto de opressões cotidianas Lilica enfrentou, de modo a nos apresentar diversas formas de violências, bem como de resistência.

Sobre o trabalho desenvolvido pelo SASF, refere que foi muito importante:

Então a Tati também me ajudou muito. Colocou meus filhos, todos os meus filhos estavam no Bolsa Família. E também. Na época da pandemia, eu senti muito quando essa turma foi embora, o Harris era muito divertido, ele fazia um negócio lá de artes. Não me esqueço disso. A primeira convenção das assistentes sociais que eu vi que foi show. Do ano passado eu fui também, eu só não fui depois, na segunda. Mas foi muito bom. Eu me sinto muito bem. ... O sofrimento é um amadurecimento. É que às vezes eu não venho aqui fazer as atividades porque não dá pra mim vir. É roupa, é casa (Narrativa de Lilica Ripilica colhida em março de 2024).

Sobre sua experiência na participação das conferências regionais de Assistência Social da Capela do Socorro:

A primeira eu fui para passear, vou ser bem sincera, a segunda foi para entender, saber os nossos direitos. Os direitos dos idosos, crianças, né? Coisas que a gente pode reivindicar. A gente reivindica, porque ela tem votação, uma turma que conversa bem demais, sabe? Explica muita coisa, é que a linguagem de vocês, às vezes, eu não entendo, não vou dizer que eu sou meia chucrinha, meio burra, né? Mas é que a linguagem, às vezes, é que nem na minha filha, que esta fazendo direito, ela fala umas coisas, eu falo, ó filha, fala alinhada, porque é melhor, é tradução, né? Mas através dessa conferência, eu passei a entender, assim, que muita coisa a gente pode reivindicar na vida da gente. É direito que a gente tem. A gente vai, a gente vota. No período de eleição eles vão chegar daqui a pouco pintando a beira da rua, beijando meu cachorro, beijando as galinhas, tomando café, beijando uma criança que tá com o nariz escorrendo, entrando na favela, comendo farofa com o povo, pede frango e atrás de voto. Mas depois porque não cumprem o que prometem.

Nesse sentido, do exposto Lilica tem o uma consciência crítica mediante aos processos que de participação.

Ela encerra depoimento com uma mensagem:

A pessoa nunca desistir, né? Eu ainda sonho, nunca é tarde, eu ainda sonho em fazer minha faculdade, eu não sei como, mas eu sonho ainda se não fizer na área que eu quero, eu sei que não vai dar mais, mas eu gosto de cozinhar, posso fazer gastronomia e como é que chama aquilo? Nutrição, nutricionista. A minha história é uma história de superação, não é. É, e eu vou me superar ainda muito mais, eu tenho certeza. Meus filhos têm certeza, porque a tristeza, ela não perdura pra vida toda, não é verdade? (Narrativa de Lilica Ripilica colhida em março de 2024)

O encontro com Conceição:

Foto 6: Conceição Evaristo



Fonte: Conceição Evaristo - foto: Lucas Seixas/Folhapress¹⁰

A entrevista com Conceição (93 anos) Foi realizada na residência dela. Ela mora no bairro Jardim Moraes Pardo há 50 anos. Durante a entrevista, ela estava se sentindo a vontade, tendo em vista que o neto estava na casa e nos sinalizava de que algumas coisas não conseguiria trazer. Conta-nos sobre sua trajetória de luta por escolas e moradia no bairro. Quanto as escolas referem-se a E. E. Jardim Moraes Pardo II que por meio de articulação com as mulheres que frequentavam a Associação de Bairros foram atrás de como ampliar o número de escolas que havia no local, narra-nos com muito orgulho sua força e garra para concretizar esta luta.

Mas o meu trabalho mesmo, primeiro trabalho, foi uma família que chegou na minha casa, era três horas da manhã, e me chamou. Dona Conceição, a senhora pode dar uma força pra gente? Eu falei, força do quê? Ele disse, não, que tem umas famílias, muita família, e eles não sabem, assim, falar o que querem. Eles querem moradia. Eu disse, e agora? Tá bom, vamos lá. E ele tava aquela brigaiada, brigando, falando palavrão. Eu falei, olha, a primeira coisa que eu vou falar pra vocês, eu não gosto de palavrão (Narrativa de Conceição colhida em março de 2024).

Conceição traz a experiência na área da habitação no que tange a organização de famílias em busca por moradias na Avenida Imigrantes, Campo Limpo e Grajaú.

Sobre como ela descreve sua trajetória de vida:

Filha, pra mim, eu queria que as coisas fossem um pouquinho melhor para o lado das pessoas mais humildes, e não tá sendo nada. Começa da minha, que lutei muito e agora eu preciso, porque eu tô parada, não trabalho mais, e eu ficamos muito sentida, muito chateada, porque eu fico dentro de casa. Só faço serviço de casa, lavo a roupa, limpo a casa, lavo a roupa, lavo a louça, É chato, é chato.... Eu tenho que trabalhar com a mente. Filha, minha vida foi assim, desde que eu entendi por gente, saí de um colégio de freira, que eu me acabei de me criar num colégio de freira, por isso que eu falo baixo, porque as freiras falam bem baixo. Então, eu saí de um colégio de freira, fui trabalhar em casa de família. De casa de família eu trabalhei, acho que 10 anos. Trabalhei, é muita humilhação. Umas não, mas tem outras que sim que não é fácil o serviço em casa de família. Aí me surgiu assim, um serviço no

¹⁰ Foto disponível em : <https://www.elfikurten.com.br/2015/05/conceicao-evaristo.html>

banco ficou uns 20 anos e depois fio para outro e outro e me aposentei pelo banco (Narrativa de Conceição colhida em março de 2024).

Logo a trajetória contada por Conceição evidencia sua luta por moradia e educação. Sua voz calma e serena vai aos poucos nos conduzindo as lutas que defendia. “Na parede da sua sala havia um quadro com muitas fotos, ela olhou e orgulhosamente relatou “essas são algumas das crianças que ajudei a cuidar”, que aos poucos as mães das crianças iam chegando e deixando as crianças para ela cuidar, dizendo” teve uma época já haviam umas 25 crianças”.

No que tange aos cuidados as crianças sua narrativa reforça em sua fala a relevância da proteção, salientando de que não tinha muito, sempre foi uma pessoa humilde, mas que o pouco que tinha compartilhava com as crianças.

Porém devemos, ao consideramos este contexto identificamos que a desproteção do próprio estado, enquanto ente de garantia de direitos de modo a garantir a todo cidadão possibilidades garantia de renda:

Por outro lado, a proteção social na perspectiva crítica ou marxista está associada a um caráter universal, cuja provisão não está relacionada com a situação do mercado de trabalho do requerente, mas, sim, vinculada ao seu status de cidadão. (CARNELOSSI, 2019, p. 152)

Torna-se imprescindível, o debate no que tange a questão da renda. Pois de acordo com o público alvo de atendimento do SASF: famílias beneficiárias de programa de transferência de renda (PRT), beneficiários de Benefício de Prestação Continuada para Pessoas Idosas- BPC Idoso ou Benefício de Prestação Continuada Para Pessoas Com Deficiência, pensarmos ao acesso a renda não como um benefício, mas como um direito.

Desse modo, ao discorreremos sobre garantia de proteção, devemos considerar a segurança de renda como direito de cidadania mediante as diversas situações de desproteções vivenciadas pela população.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A gente é criada para ser assim,
Mas temos que mudar.
Precisamos ser criadas para a liberdade.
O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é.
Elza Soares*

Eis que chegamos ao término de mais uma etapa dessa travessia, do qual foi tecida cuidadosamente e motivada por inquietações e reflexões contínuas no intuito de tecer um arcabouço teórico que aos poucos foi se enlaçando com as narrativas das participantes de nossa pesquisa. É mais um ciclo, pois sacção apenas breves considerações, uma vez que a vasta riqueza das narrativas suscitadas não se esgota na apresentação dessa pesquisa.

O objetivo do estudo de dar visibilidade às narrativas das famílias que são acompanhadas pelo SASF por meio de suas perspectivas nos desafiou no que tange ao tocarmos questões tão peculiares e subjetivas para elas. Cada depoimento carrega consigo histórias, memórias, vivências e experiências .

Histórias que retratam a materialidade da vida, das contradições advindas do capitalismo e das perpetuações de práticas que colocam a mulher no lugar de opressão e submissão.

Logo, a metodologia da história oral temática, possibilitou trazer vida a dissertação com os depoimentos da experiência das mulheres que são acompanhadas pelo SASF Grajaú I e SASF Grajaú II, enquanto um serviço de proteção social básica do SUAS no Distrito do Grajaú. Nesse sentido, ressalta-se que cada história oral que conosco foi compartilhada é um grito de denúncia mediante as desproteções que essas mulheres experienciam.

Formiguinha Atômica, Lilica Ripilica e Conceição, nos contam muito sobre as desproteções incutidas em suas trajetórias. Desproteções estas que sinalizam tantas violências, dentre elas, e inclusive a própria violência estrutural. Logo, o lugar da mulher é reforçado pela cultura do machismo:

As raízes da violência contra a mulher estão firmadas desde o início do processo civilizatório, quando mitos valoravam a figura do “homem” (macho; forte) superior à “mulher” (fêmea; fraca) (VERONEZE; MENDES, 2021, p. 79)

Outra questão que nos foi apresentada com a pesquisa refere-se que as mulheres são sobrecarregadas pelos cuidados aos seus membros e ressalta-se o fator de por vezes serem mães solas. Arelado a esta configuração que nos foi apresentado, por meio das entrevistas, constatamos que o direito a acolhida como proteção alicerçada pelo SUAS é garantida no atendimento realizado por ambos os serviços que as sujeitas de nosso estudo frequentam.

Contudo, a pesquisa evidencia questões que precisam ser exploradas no que tange ao trabalho com famílias, de modo a suscitar novas provocações e narrativas para um estudo mais aprofundado sobre a categoria experiência social com as determinações de classe, gênero, raça e etnia.

Pois, no que tange aos levantamentos disponibilizados pelos serviços por meio de levantamento de dados que subsidiam o Formulário da Rede Socioassistencial, observa-se uma lacuna, pois há escassez dessas informações.

A execução da proteção social básica no município de São Paulo possui as suas particularidades, com destaque na pesquisa para execução do SASF que contrapõe o disposto na NOB- RH/ SUAS, onde o serviço é executado como alternativa do PAIF. Ressalta-se que no percurso da pesquisa, não adentramos na análise no que tange as mudanças em curso em decorrência da revisão da Portaria/2010 na cidade de São Paulo.

A partir dessa consideração, também constatamos que as políticas sociais pensadas para as famílias desconsideram as vivências e experiências tão ricas e preciosas das quais nos foram compartilhadas. O depoimento de Lilica Ripilica ao referir da linguagem técnica utilizada nas conferências de assistência social, nos instiga repensar nas metodologias utilizadas para a realização das mesmas de modo a considerarmos em seu processo de construção a população a quem dela necessita.

Vale destacar, quanto a especificidade na execução da proteção social básica no município de São Paulo, com destaque na pesquisa para execução do SASF que contrapõe o disposto na NOB- RH/ SUAS, onde o serviço é executado como alternativa do PAIF. Ressalta-se que no percurso da pesquisa, não adentramos na análise no que tange as mudanças

em curso com as previsões de alterações com a revisão da Portaria/2010 na cidade de São Paulo.

Assim, o presente estudo foi tecendo teias de histórias com intuito de compartilhar conhecimentos. Conhecimento constituído a partir das vivências, experiências e memórias das mulheres participantes dessa pesquisa, ainda que representem apenas alguns fios desse emaranhado de histórias no universo de tantas mulheres, cidadãs usuárias do SASF's viabilizam a história de muitas.

E não devemos de esquecer de pontuar nesse percurso quanto a afetividade: como forma de “ penetrar no que há de mais singular na vida social, pois ela constitui um universo peculiar da configuração subjetivas das relações sociais de dominação”. (SAWAUA, 205, p.40) .

Pois, o objetivo é elencar o valor afeto na ação social com famílias de modo a potencializar as pessoas para combater o que causa o sofrimento, isto é, a dor físico emocional. E um dos aspectos que presentes nas narrativas, nos deparamos com o sofrimento vivenciado por essas mulheres.

Assim, entende-se que alguns fios ainda precisam ser tecidos e dentro de novas possibilidades possamos desvelar e dar visibilidade a novas narrativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BRASIL. **Política Nacional da Assistência Social - PNAS**. Brasil: MDS, 2004.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução nº109-** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2009.

CAMPOS; MIOTO, Regina. Política de assistência social e a proteção da família na política social brasileira. **Ser Social, revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social**, Universidade de Brasília, Brasília, n. 12, p. 165-190, jan./jul. 2003.

CARLOTO. Cássia Maria. **Gênero, políticas sociais e serviço social**. Disponível em <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/31174/18263/106445>. Acesso em: 04 dez. 2023.

CARNELOSSI, Bruna. **(In) segurança de renda e (des) proteção social no Brasil: algumas notas para reflexão**. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_7.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024

Centro comunitário Jardim Autódromo. **Histórico**. Disponível em: <https://www.ccja.org.br/>. Acesso em: out de 2023.

COUTO. Berenice Rojas. **O direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DINIZ, Rodrigo. **A. Território, Cotidiano e Territorialidade: Narrativas e Sociabilidades em Perspectiva**. In: MARTINELLI, Maria Lucia. et. al. Orgs. Cotidiano, cultura e sociabilidade: pesquisa em serviço social - São Paulo : EDUC, 2021.

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco Duarte. **Dilemas E Desafios da Proteção Social Especial No Âmbito do SUAS: uma contribuição ao debate**. Dissertação de mestrado. PUC SP, 2012.

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco Duarte. **Trabalho Social Com Famílias: Das Determinações Sócio- Históricas Aos Subsídios Para o Trabalho Profissional Cotidiano**. Tese de Doutorado em Serviço Social. PUC SP, 2017.

ENGELS. Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 27. ed. São Paulo, Cortez, 1988.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Instituto Anchieta Grajaú. **Histórico**. Disponível em: <https://www.institutoanchietaagrajau.org.br/>. Acesso em: out de 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KOGA, Dirce; DINIZ, Rodrigo. **O território do direito social e dos bens coletivos e os territórios do consumo** in Políticas Públicas e Direitos Sociais no contexto da crise contemporânea. São Paulo: Paulinas, 2019, p. 235-248.

KOGA, Dirce. **Proteção social no território: entre o texto e o contexto**. **Unifal em Pesquisa**, São Paulo, v.6, n.2, p. 133-151, 2016. Disponível em: [www.italo.com.br/portal/cepesq/revista eletrônica](http://www.italo.com.br/portal/cepesq/revista_eletronica). Acesso em: 04 dez. 2023.

Mapa da Desigualdade Social de São Paulo. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

MARQUES, Rosa Maria e BERWIG, Solange Emilene. **As Políticas Sociais pós pandemia: há algo de novo no front?** In Argumentum Vitória, UFES, V.13 n.1 jan./abril de 2021. história. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINELLI, Maria Lucia, *et. al.* **A história oral na pesquisa em serviço social: da palavra ao texto**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia e LIMA, Neusa Cavalcanti. Experiência como categoria de Pesquisa Social. In: Cotidiano, cultura e sociabilidade: pesquisa em Serviço Social. 1.ed. São Paulo: Educ, 2021.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SAWAIA, Bader. B. **Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades**. In: ACOSTA. A. R; VITALE. M. A. F. (Org.): Família: redes, laços e políticas públicas. 5. ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: Um processo de construção da Assistência Social**. 6. ed. São Paulo. Cortez Ed, 2005.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo, 1. ed. Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. Território e dinheiro. In: Revista GEOgraphia. Niterói: programa de Pós Graduação em Geografia - PPGeo - UFF/AGB, v.1, n1. p. 7 a 13, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/13360-Texto%20do%20Artigo-52708-1-10-20090902.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SÃO PAULO. **Instrução Normativa secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**. nº 02/ SMADS/ 2024

SÃO PAULO. **Revisão da Tipificação da rede socioassistencial e regulação de parceria da política de Assistência Social**. Portaria 46/2010/SMADS, Resolução 2077/2023.

SÃO PAULO. **Plano Decenal de Assistência Social - PDMAS 2016- 2026**.

SÃO PAULO. **Tipificação da rede socioassistencial e regulação de parceria da política de Assistência Social**. Portaria 46/2010/SMADS.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes** in Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009, p. 13-55.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepções fundantes**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Concepção e Gestão da Política Social não contributiva no Brasil**. Brasília: 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Sanha neoliberal e proteção social: território contaminado para o assentamento do Sistema Único de Assistência Social**. 2019.

TEIXEIRA, Maria Solange; CRONEMBERGER, I. H. G.M. O sistema de Proteção Social Brasileiro, Política de Assistência Social e Atenção à Família. **Periódicos de Psicologia**, Porto Alegre, v.19 n. 2, p. 132-147, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a11.pdf>. Acesso em: 26 de abr. 2024.

TEIXEIRA, Maria Solange. **A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social**. Doi: 10.5212/Emancipacao.v.10i2.535549. Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 10, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1233>. Acesso em: 2 maio. 2024.

TEIXEIRA, Maria Solange. **Política contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social**. In: Mioto, Carloto. (Orgs). **Familismo, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2015: p. 211-239.

TORRES, Abigail Silvestre. **Segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na Assistência Social**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17662/1/Abigail%20Silvestre%20Torres.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento**. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANEXOS

Roteiro

Pesquisa: Trabalho Social com famílias: tecendo histórias e compartilhando conhecimentos

Pesquisadora: Andreia Cristina de Jesus Correia

Orientadora: Profa. Doutora Maria Lúcia Martinelli

Conhecendo as sujeitas da Pesquisa:

1. Nome:
2. Faixa etária
3. Composição familiar
4. Faixa de escolaridade
5. Trabalho/ Ocupação
6. Faixa de Renda Familiar
7. Tempos de residência no Bairro:
8. Distrito

Questões disparadoras:

1. Como conheceu o Serviço?
2. Quando percebeu que precisaria de um serviço da assistência social?
3. Quais são os serviços da assistência que você conhece?
4. Pensando no trabalho social com famílias desenvolvido pelo serviço, conte-me uma experiência.
5. Quais atividades da Assistência Social já participou?
6. Seus filhos já participaram de alguma atividade? Quais?
7. Como você se percebe como sujeita nos espaços de convivência ofertado pelo serviço?
8. Qual o impacto do trabalho social com famílias em sua vida?
9. Qual o impacto da política de assistência social em sua vida e de sua família?
10. Que mensagem nos deixaria sobre sua história e a contribuição da política de assistência social nesse processo

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

DADOS SOBRE A PESQUISA

TÍTULO DA PESQUISA: TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: TECENDO HISTÓRIAS E COMPARTILHANDO CONHECEIMENTOS

PESQUISADORA: ANDREIA CRISTINA DE JESUS CORREIA

PROGRAMA: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ORIENTADOR: Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli

1 – A presente pesquisa é motivada pelo interesse da pesquisadora em contribuir para a visibilidade das narrativas de famílias acompanhadas pela política de assistência social no que se refere ao trabalho social com famílias e seus impactos para as famílias acompanhadas.

2 – Para esta pesquisa adotaremos a metodologia da história oral por meio de coleta de depoimentos. As entrevistas Elas serão semi estruturadas, de modo a suscitar as narrativas questões. Esse diálogo será gravado a fim de garantir a fidelidade da fala do/a participante. As narrativas obtidas serão transcritas pela pesquisadora e serão utilizadas para fim de apresentação da tese de mestrado. Na entrevista, o participante poderá utilizar um nome fictício. Essa pesquisa seguirá as normas e diretrizes de pesquisas envolvendo seres humanos, respeitando a dignidade humana, a ética, utilizando o consentimento livre e esclarecidos e manifestando a anuência em participar da pesquisa, conforme define as Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e nº 510, de 07 de abril de 2016 do do Conselho Nacional de Saúde. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. Durante todo o período da pesquisa você poderá solicitar esclarecimentos sobre qualquer dúvida, bastando para isso entrar em contato direto com a pesquisadora por meio do endereço eletrônico: andreiadc2011@hotmail.com e contato telefônico (11) 96306- 4871.

3 - A pesquisa não implicará em nenhum tipo de dano para os entrevistados/as, uma vez que, as narrativas serão descritas conforme as gravações e as entrevistas concedidas. Seus nomes serão preservados, bem como o nome de outras pessoas envolvidos nas situações narradas, mantendo assim, o caráter sigiloso, de forma que somente o pesquisadora e sua orientadora terão acesso aos registros.

4- É garantida a plena liberdade das/dos entrevistados/as da pesquisa de decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento até a data de publicação da dissertação sem quaisquer prejuízos;

5 – Informamos que será garantida a divulgação dos resultados da pesquisa a todas/os as/ entrevistados/as que participarem do estudo;

6- A pesquisa não implica em custo financeiro nem para as/os participantes do estudo;

7- As/os participantes poderão ter acesso ao registro de consentimento sempre que solicitado. O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP caracteriza-se por ser órgão multidisciplinar, independente no exercício das suas funções e investido de múnus público, com finalidade de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos de pesquisa, bem como de contribuir para uma contínua preocupação e evolução dos padrões éticos na pesquisa.

A Secretaria do CEP-PUC/SP Monte Alegre está localizada no térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo), na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 - Perdizes - São Paulo - SP - CEP: 05015-001 Tel./FAX: (11) 3670-8466 | e-mail: cometica@pucsp.br. Horário de atendimento do CEP ao Público: Das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira.

Eu,....., declaro que fui informado/a dos objetivos do presente estudo de maneira detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão da minha participação, se assim o desejar. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações ou retirar este consentimento durante a realização da pesquisa. Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Autorizo a gravação de voz e imagem com a finalidade única de transcrição da entrevista.

São Paulo, _____ de _____ de 2024.

Assinatura da pessoa participante

Assinatura da pesquisadora

PARECER DA ÁREA AFETA À SOLICITAÇÃO E DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO DE PESQUISA OU FORMAÇÃO

Dados do Projeto ou Proposta

Título do Projeto ou Proposta:

Trabalho social com famílias: tecendo histórias e compartilhando conhecimento

Responsável Solicitante: Andreia Cristina de Jesus Correia

Área Temática: Serviço Social

Resumo:

A presente pesquisa visa dar visibilidade as narrativas de famílias acompanhadas pelo SASF de modo a elucidar sob a ótica das famílias suas perspectivas mediante as várias questões que as assolam tendo em vista que todo processo de autonomia, construção e desconstrução de conhecimento e paradigmas colocam-nas no cerne das discussões, contudo no que tange o processo de elaboração de programas, projetos, serviços e políticas públicas não são de fato consideradas suas narrativas.

Os objetivos da pesquisa serão:

Dar visibilidade as narrativas de mulheres atendidas pelo SASF no trabalho social com famílias. Propiciar reflexão quanto ao reconhecimento dessas narrativas para formulação e implementação de políticas públicas.

Conhecer sobre a ótica dessas mulheres as dificuldades e potencialidades no trabalho social com famílias.

Dados do Parecer:

(Avaliar a temática em relação às frentes de trabalho em andamento na área afeta):

1. Ponderações sobre aspectos legais Não Sim, quais?
2. Ponderações sobre a metodologia: Não Sim, quais?
3. Outras:

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos Não Sim, quais?

Benefícios: Não Sim, quais?

Publicização de experiências exitosas para além dos serviços da SMADS.

Comentários e Considerações sobre o Projeto ou Proposta:

Benefícios: Não Sim, quais?

Publicização de experiências exitosas para além dos serviços da SMADS.

Comentários e Considerações sobre o Projeto ou Proposta:

Importante informar que o SASF é serviço parceirizado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, referenciado ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Grajaú, e é supervisionado pelo técnico gestor da parceria do CRAS.

Ao ser implantado no território do CRAS, o SASF recebe listagem das famílias que se encontram em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

O objetivo do SASF é realizar o trabalho social com famílias com o intuito de fortalecer a função protetiva da família, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade e fragilidade vivenciadas, a fim de prevenir riscos sociais e rompimento de vínculos familiares e comunitários.

Recomendações (se houver):

Parecer:

Aprovado ()

Não aprovado ()

Condicionado às recomendações ()

Assinatura: Fátima de Jesus Teixeira

Cargo/Função: Assessor Técnico